

Gilberto Sobral • Norma Lopes • Jânia Ramos
organizadores

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DISCURSO



Gilberto Nazareno Telles Sobral
Norma da Silva Lopes
Jânia Martins Ramos

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DISCURSO

Produção do PROJETO LINGUAGEM,
SOCIEDADE E DISCURSO, uma parceria
entre a UNEB e a UFMG, financiada
pela CAPES, edital 04/2013

SÃO PAULO
2015

Linguagem, Sociedade e Discurso

© 2015

1ª edição – 2015

Editora Edgard Blücher Ltda.

ISBN 978-85-8039-117-6 (e-book)

ISBN 978-85-8039-116-9 (impresso)

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-012 – São Paulo – SP – Brazil

Fax 55 11 3079 2707

Phone 55 11 3078 5366

editora@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5a ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

Sobral, Gilberto Nazareno
Linguagem, sociedade e discurso [livro eletrônico] / Gilberto Nazareno Telles Sobral, Norma da Silva Lopes, Jânia Martins Ramos. -- São Paulo : Blucher, 2015.
3 Mb ; ePUB.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-117-6 (e-book)

ISBN 978-85-8039-116-9 (impresso)

1. Linguística 2. Sociologia 3. Sociolinguística 4. Língua portuguesa I. Sobral, Gilberto Nazareno Telles II. Lopes, Norma da Silva III. Ramos, Jânia Martins

15-0949

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne textos de professores pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia e de professores pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Esta publicação contou com o apoio da CAPES (acordo CAPES/FAPESB, edital 04/2013) e é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL-UNEB) e do Programa de Estudos Linguísticos (POS LIN-UFMG).

A obra se compõe de sete capítulos a seguir descritos:

No capítulo 1, A ANTIGA CONCORRÊNCIA ENTRE AS FORMAS VERBAIS TER E HAVER: VARIAÇÃO E RETENÇÃO, de Sueli Maria Coelho, focaliza-se a concorrência entre os verbos **ter** e **haver** na língua portuguesa – quer enquanto formas simples, quer enquanto auxiliares – que exibe registros bastante pregressos no idioma, podendo ser quantificada desde o período arcaico da língua. Trata-se, pois, de um processo de variação linguística cujo desenlace já se prolonga por mais de cinco séculos, com a possibilidade de continuar em cena por mais algum tempo. Embora a assertiva de que os verbos **ter** e **haver** podem ser empregados nos mesmos contextos na língua contemporânea, variando apenas o grau de formalidade, faça parte do senso comum, ela não se comprova empiricamente. Os contextos de ocorrência dessas formas verbais são, em alguns tempos e modos, semelhantes, mas não o suficiente para assegurarem plena equivalência entre elas, conferindo-lhes o estatuto de variantes linguísticas. Os dados discutidos ao longo deste texto demonstram que, além da propalada variante diafásica, fatores de ordem sintático-pragmática também interferem na seleção de uma ou de outra forma, atuando decisivamente na retenção da variante conservadora.

No capítulo 2, A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL EM FEIRA DE SANTANA: O EFEITO DAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS, de Norma da Silva Lopes, faz-se uma análise sociolinguística do fenômeno da variação da concordância nominal de número no sintagma nominal da variedade do português falada em Feira de Santana, Bahia. O estudo revela que falantes com a mesma escolaridade (fundamental ou média) utilizam diferentemente a marca de plural no sintagma nominal, a depender das comunidades de práticas vivenciadas, suas experiências, sua visão de mundo, suas perspectivas de vida etc.

No capítulo 3, A EXPRESSÃO DE FUTURIDADE VERBAL: O EFEITO DA TELICIDADE E DO TIPO SEMÂNTICO DO VERBO PRINCIPAL, de Eduardo Pereira Santos e Norma da Silva Lopes, analisa-se a relação entre a escolha das variantes utilizadas para a expressão da futuridade em Santo Antônio de Jesus, Bahia, e a variável 'telicidade' associada ao 'tipo semântico do verbo principal'. Os resultados indicam que, ao fazer um cruzamento com o parâmetro <controle>, sem os dados de verbo IR pleno, que fica claro o favorecimento da perífrase pelos verbos atéllicos, tanto os de ação quanto os de processo; ou seja, a propriedade acional da <telicidade> se sobrepõe àquele parâmetro na seleção das formas de futuridade, configurando-se como a variável semântico-linguística que permite a seleção da forma de presente com valor de futuro, embora a forma perifrástica seja a variante mais espalhada e preferida pelos falantes.

No capítulo 4: LÍNGUA, CULTURA, LÉXICO, de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, discutem-se os pressupostos teóricos que embasam uma pesquisa léxico-cultural de cunho sociológico, à luz da antropologia linguística. Destaca-se o estudo da língua inserido na cultura, apoiando-se, principalmente em Hymes, Duranti e Laplantine. Em seguida, partindo-se do princípio de que a língua se evidencia como parte da cultura de uma sociedade e que é através do sistema linguístico, mais especificamente do seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, mostra-se que, nessa perspectiva, faz-se necessário estudar a língua inserida na cultura. Isso se justifica porque o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade, sintetiza a sua maneira de ver a realidade e pelo seu estudo podemos ver a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia.

No capítulo 5, ALLAN KARDEC E O LÉXICO DA DOCTRINA ESPÍRITA, de Celina Márcia de Souza Abbade, trata-se das criações lexicais da doutrina espírita nas obras do seu codificador. Hippolyte Léon Denizard Rivaille, pedagogo e

cientista francês, conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec, publica nos fins do século XIX, cinco obras. A partir dessa literatura, foram estabelecidos os princípios básicos da doutrina espírita, que mescla conceitos filosóficos e religiosos com algumas terminologias científicas da época. Dessas obras, surgem termos específicos para coisas que já existiam desde o início dos tempos, mas que ainda não tinham uma nomenclatura específica. Este texto, à luz da terminologia e dos recursos que se têm disponíveis para o estudo das palavras, busca levantar e compreender essa terminologia.

No capítulo 6, A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO NA SALA DE BATE-PAPO 11 UOL/SALVADOR-BA: ON-LINE, HOMOAFETIVO; OFF-LINE, HETERONORMATIVO, de Gilberto Nazareno Telles Sobral e Valter Cezar Andrade Junior, a partir do uso da linguagem em ambiente virtual, mapeia a construção do *ethos* concernente às relações homoafetivas e heterossexuais. Certo é que há um acordo entre enunciador e coenunciador: argumentar em função do convencimento de uma dada experiência sexual. Esse trabalho está assentado na teoria *maingueneaniana*, bem como nos estudos sobre sexualidade *butlerianos*.

No capítulo 7, A HISTÓRIA E O GESTO DE INTERPRETAÇÃO LITERÁRIO, de João Antonio de Santana Neto, tem-se por objetivo estudar como se processa a relação entre a história e o gesto de interpretação literário numa perspectiva discursiva. Para tanto, são utilizados pressupostos teóricos (condições de produção, formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito) e metodológicos da análise do discurso filiada a Michel Pêcheux em recortes do romance histórico contemporâneo *O fundador*, de autoria de Aydano Roriz. O romance histórico contemporâneo, por reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história para revelá-lo ao presente, constitui-se numa outra formação discursiva na mesma formação ideológica do romance histórico. Essa nova forma de escrita é, simultaneamente, fictícia, histórica e discursiva. É metaficcional porque a realidade retratada constitui-se no próprio discurso e historiográfica, pois aborda a realidade de discursos passados. Por isso, nessa obra, Aydano Roriz, na função-autor, propõe-se a narrar como a cidade de Salvador foi fundada em 1549 por Tomé de Souza.

SUMÁRIO

PARTE A: ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS.....7

CAPÍTULO 1: A ANTIGA CONCORRÊNCIA ENTRE AS FORMAS VERBAIS TER E HAVER: VARIAÇÃO E RETENÇÃO (SUELI MARIA COELHO).....9

CAPÍTULO 2: A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL EM FEIRA DE SANTANA: O EFEITO DAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS (NORMA DA SILVA LOPES).....29

CAPÍTULO 3: A EXPRESSÃO DE FUTURIDADE VERBAL: O EFEITO DA TELICIDADE E DO TIPO SEMÂNTICO DO VERBO PRINCIPAL (EDUARDO PEREIRA SANTOS, NORMA DA SILVA LOPES)45

PARTE B: ESTUDOS LEXICAIS.....64

CAPÍTULO 4: LÍNGUA, CULTURA, LÉXICO (MARIA CÂNDIDA TRINDADE COSTA DE SEABRA).....65

CAPÍTULO 5: ALLAN KARDEC E O LÉXICO DA DOCTRINA ESPÍRITA (CELINA MÁRCIA DE SOUZA ABBADE).....85

PARTE C: ESTUDOS DISCURSIVOS.....100

CAPÍTULO 6: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO NA SALA DE BATE-PAPO 11 UOL/SALVADOR-BA: ON-LINE, HOMOAFETIVO; OFF-LINE, HETERONORMATIVO (GILBERTO NAZARENO TELLES SOBRAL, VALTER CEZAR ANDRADE JUNIOR).....101

CAPÍTULO 7: A HISTÓRIA E O GESTO DE INTERPRETAÇÃO LITERÁRIO (JOÃO ANTONIO DE SANTANA NETO).....115

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DISCURSO

PARTE A: **ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS**

1

CAPÍTULO

A ANTIGA CONCORRÊNCIA ENTRE AS FORMAS VERBAIS *TER* E *HAYER*: VARIAÇÃO E RETENÇÃO

Sueli Maria Coelho (UFMG)*

*Professora adjunta de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora filiada ao Núcleo de Pesquisa da Variação (NUPEVAR) da FALE/UFMG.

Considerações iniciais

A despeito de o falante nem sempre ter consciência do caráter dinâmico da língua, ele é o agente implementador da variação e da mudança linguística, já que é aquele que, ao longo do processo, detém o poder de permitir que uma variante inovadora se mantenha como tal ou venha a configurar uma mudança. A generalização sociolinguística de que nem toda variação acarreta mudança aplica-se à vivaz concorrência entre as formas verbais **ter** e **haver** na Língua Portuguesa. Se, em alguns contextos, tais formas comportam-se como variantes linguísticas, por serem dotadas do mesmo valor de verdade, em outros, porém, especialmente naqueles

em que a forma simples já se gramaticalizou em auxiliar de modalidade, parece haver restrições quanto à equivalência funcional, o que inviabiliza a afirmação de que, em tais contextos, as formas são concorrentes, conforme ilustram estes contextos¹:

- (1) a. *Há* ainda muitos manifestantes na praça Tahrir, no centro do Cairo.
b. *Tem* ainda muitos manifestantes na praça Tahrir, no centro do Cairo.
- (2) a. A imprensa *havia* noticiado casos de violência contra os manifestantes.
b. A imprensa *tinha* noticiado casos de violência contra os manifestantes.
- (3) a. O Presidente Hosni Mubarak *há* de renunciar para evitar o caos.
b. O Presidente Hosni Mubarak *tem* de renunciar para evitar o caos.

Enquanto nos enunciados (1) e (2) **haver** e **ter** são variantes linguísticas, em (3) não se pode admitir tal fato, dado que a modalidade linguística impingida pelo falante em (3a) difere daquela presente em (3b), o que demonstra haver/existir contextos de distribuição complementar entre as formas. Frente a tal constatação, não se pode admitir que **ter** e **haver** são sempre formas concorrentes na língua e que apenas fatores diafásicos, ligados ao maior ou ao menor grau de formalidade, determinariam a seleção do falante. Como mostram os exemplos arrolados, fatores outros, especialmente de ordem sintático-pragmática, atuam no fenômeno de variação dessas formas, contribuindo para a retenção de **haver**, problema que este texto se propõe a abordar à luz do quadro teórico da sociolinguística variacionista.

Tal discussão reveste-se de significância, dado que, não raro, ouvem-se declarações de que o verbo **haver** já é quase um arcaísmo linguístico e de que está fadado a desaparecer do idioma, sendo substituído pelo verbo **ter**. Essas previsões embasam-se apenas na observação de contextos em que a substituição já se deu de modo progressivo, como nas perífrases do pretérito perfeito composto do indicativo, por exemplo, ou naqueles em que o **ter** é a variante mais produtiva. Parece relevante, contudo, analisar tal fenômeno em tempo real, tentando interpretar os fatores que estão, ao longo dos séculos, atuando na substituição ou na retenção das formas, com vistas a traçar um panorama descritivo mais fiel desses fatos linguísticos, delineando, inclusive, contextos que configuram variação.

¹ Ao longo deste texto, os contextos nos quais não há indicação de autoria foram criados pela autora.

Visando a cumprir tal proposta, este estudo extrai implicações de uma pesquisa que tomou como objeto de análise dados coletados em três períodos linguísticos classificados segundo cronologia proposta por Mattos e Silva (1989) e endossada por Ilari (1992) e por Maia (1995): período arcaico (intervalo de tempo que vai do séc. XIV ao XVI), período moderno (intervalo de tempo que compreende os séc. XVII e XVIII) e período contemporâneo (representado pelos séc. XX e XXI). Para a composição do *corpus*, selecionaram-se quatro textos representativos de cada um dos períodos² ora delimitados, totalizando-se doze textos, nos quais se computaram todas as ocorrências das formas verbais em estudo, quer na sua ocorrência como forma simples (item lexical), quer como verbo auxiliar (item gramatical). A partir da análise da frequência, bem como de fatores semânticos e sintático-pragmáticos que envolvem o processo de variação e mudança das formas **ter** e **haver**, chegou-se às questões que passam a ser discutidas ao longo deste texto, que está assim organizado: na primeira seção, analisa-se, tomando como parâmetro a frequência total e as acepções semânticas, a concorrência entre as formas **ter** e **haver** cuja gênese remonta ao período arcaico da língua. Na seção seguinte, há uma tentativa de se relacionar as alterações de frequência e a deslexicalização da variante **haver** com o processo de variação e mudança linguística pelo qual ela passou quando da gramaticalização de auxiliar de diátese a auxiliar de temporalidade. Nas seções subsequentes, analisam-se os contextos em que as formas em estudo comportam-se como variantes linguísticas, cotejando-os com aqueles em que **ter** e **haver** aparecem em distribuição complementar, no intuito de se descrever possíveis contextos de substituição e de retenção, síntese apresentada nas considerações finais.

²Como representantes do período arcaico, analisaram-se trechos do *Livro de Linhagens*, cartas de D. Pedro e do Conde de Arraiolos, excertos da *Crônica do Rei D. João* e atas da Câmara de Vereadores da cidade de Funchal (Portugal). No período moderno, selecionaram-se textos de cunho moral e fábulas para serem lidas pelas religiosas nos mosteiros, um tratado sobre a forma de se conduzir um engenho de cana-de-açúcar, documentos cartoriais de Barra Longa (MG) e pronunciamentos proferidos na Arcádia Lusitânia. Por fim, o conto *Sarampalha*, de Guimarães Rosa, bulas de medicamentos, matérias e crônicas esportivas e políticas, além de três capítulos de uma dissertação compuseram o *corpus* representativo do período contemporâneo.

1. TER VERSUS HAVER: uma concorrência de estirpe pré-arcaica

Conforme se mencionou, a concorrência entre as formas **ter** e **haver** já se arrasta por séculos na língua, segundo comprovam os índices de frequência total dessas formas ao longo dos três períodos analisados e dispostos na tabela 1, a seguir.

TABELA 1: Análise comparativa da frequência das variantes por período.

	Período arcaico		Período moderno		Período contemporâneo	
	Ocorrência	Porcentagem	Ocorrência	Porcentagem	Ocorrência	Porcentagem
	Total de palavras: 33969		Total de palavras: 36792		Total de palavras: 33532	
TER	163	34,82	204	43,77	209	79,46
HAVER	268	62,18	262	56,23	54	20,54
TOTAL	431	100%	466	100%	263	100%

Fonte: COELHO (2006)

A análise estatística dos dados mostra que, no período arcaico, a concorrência já se encontrava bastante acirrada, o que induz ao raciocínio de que o processo de variação entre as duas formas iniciou-se num estágio anterior da língua. Além disso, a análise diacrônica da variação permite traçar uma curva ascendente nos usos de **ter**, o que se forma na contramão das ocorrências de **haver**. Enquanto, no período arcaico, a forma **haver** sobrepunha-se à forma inovadora **ter**, no período contemporâneo, tal sobreposição é da forma inovadora, que supera, em termos de frequência, a forma conservadora. Dado que processos de variação e mudança linguística se dão, geralmente, de forma encaixada, tais índices devem ser interpretados na imbricação com fatores semânticos, buscando-se identificar possíveis intersecções de sentidos entre as formas em análise, bem como os efeitos disso nos domínios do léxico. Há de se considerar ainda a possibilidade

de processos ligados à gramaticalização das formas também interferirem no processo de variação e mudança, conforme se tentará demonstrar nos parágrafos que se seguem.

Uma consulta ao dicionário etimológico revela uma confluência de semas entre as duas formas analisadas: "**haver**: vb. 'ter', 'possuir', 'alcançar', 'considerar', 'existir'" (CUNHA, 1997, p. 404); "**ter**: vb. 'estar na posse de', 'possuir', 'haver'" (*op. cit.*, p. 764). O fato de as formas verbais exibirem semas comuns já em sua origem faculta, sem dúvida, a variação e, conforme endossam as palavras de Mattos e Silva (2001 [1994]), coube ao sema responsável pela expressão da posse o desabrochar do processo de variação:

No período arcaico (h)aver e teer não estavam, no princípio, em variação livre nas estruturas de posse: (h)aver ocorria com complemento de qualquer valor semântico – bens materiais adquiríveis (a), qualidades imateriais adquiríveis (b), qualidades intrínsecas ao sujeito (c). Do século XIV para o XV [...], se pode observar que *těěr* só ocorria comutando com (h)aver com atributos do tipo a e, menos freqüentemente, do tipo b; na primeira metade do século XV aparece *těěr/teer* nos três "tipos de posse", sendo ainda (h)aver mais frequente; já na segunda metade do mesmo século se evidencia o recesso de (h)aver e o avanço de teer com os três tipos de atributo. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 78)

O fato de **ter** passar a ser empregado com os três tipos de atributo, outrora restritos a **haver**, contribui certamente para o avanço da forma inovadora sobre a conservadora, mas pode não ser o único fator a exercer esse tipo de influência. Estudos já empreendidos (cf. COELHO, 2006) demonstraram que o processo de gramaticalização de **haver** em auxiliar dos tempos compostos é anterior ao de **ter** e que, no período arcaico da língua, o verbo **haver** já estava bastante gramaticalizado, enquanto o verbo **ter** encontrava-se num estágio inicial do processo. Estudiosos do tema são unânimes em afirmar que uma das consequências da gramaticalização é a expansão semântica por que passam os itens envolvidos, já que a tramitação dos domínios do léxico para os da gramática requer perda de conteúdo semântico e ganho de funções gramaticais. Assim, ao se gramaticalizar, o item caminha unidirecionalmente do [+concreto] para o [+abstrato]. Tal

percurso afeta o léxico³, porque o processo de abstração, num estágio mais inicial, amplia os semas do item, contribuindo para a sua polissemia e, conseqüentemente, para o aumento de sua frequência. Nesse estágio, ocorre uma lexicalização da forma, ou seja, amplia-se a sua capacidade de referenciação, facultada pelo aumento de seus semas abstratos. Num estágio mais avançado do processo, quando há o esvaziamento semântico para a incorporação de funções gramaticais, ocorre, geralmente, o processo inverso, ou seja, a deslexicalização do item. A análise diacrônica dos valores semânticos das duas formas em estudo, dispostos nas tabelas 2 e 3, a seguir, endossam isso.

Tabela 2: Valores semânticos de **HAYER**

Valores semânticos	Período arcaico	Período moderno	Período contemporâneo
	Ocorrência (%)	Ocorrência (%)	Ocorrência (%)
estar na posse de, possuir	32,74	11,80	-
haver, existir	25,60	65,60	70,30
considerar, julgar	10,12	8,80	-
obter, conseguir	19,00	2,00	-
fazer, realizar	4,18	-	-
ter transcorrido tempo	2,98	4,90	29,70
dar, conceder	1,79	-	-
travar, empreender	1,19	-	-
permanecer, ficar	0,60	-	-
vencer, alcançar êxito	0,60	-	-
sentir, experimentar	0,60	-	-
suceder, acontecer, ocorrer	0,60	-	-
ter trato com, lidar	-	4,90	-
proceder, portar-se, comportar-se	-	1,00	-
levar, conduzir	-	1,00	-

Fonte: Coelho (2006)

³ Para uma discussão mais aprofundada, consultar COELHO, S. M. Expansão gramatical e expansão lexical: dois processos linguísticos paralelos. In.: VITRAL, L. T.; COELHO, S. M. **Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Tabela 3: Valores semânticos de **TER**

Valores semânticos	Período arcaico	Período moderno	Período contemporâneo
	Ocorrência (%)	Ocorrência (%)	Ocorrência (%)
estar na posse de, possuir	35,17	39,35	7,50
haver, existir	17,24	9,03	10,83
apresentar, mostrar	15,17	12,26	18,33
alcançar, conseguir, obter	11,03	3,23	11,67
dispor de	8,97	12,90	21,67
acreditar	4,14	-	-
manter	2,07	12,90	5,83
gozar, desfrutar	1,38	0,65	10,00
considerar, julgar	1,38	0,65	0,83
adotar, proceder	1,38	-	-
estar	0,69	-	-
dispensar, despende	0,69	-	-
encontrar-se com	0,69	0,65	-
sentir, experimentar	-	6,45	5,00
produzir, efetuar	-	1,28	-
acolher, abrigar, hospedar	-	0,65	-
tomar por parâmetro	-	-	3,34
sofrer ou padecer de	-	-	2,50
acontecer, suceder	-	-	1,67
receber, ser punido com	-	-	0,83

Fonte: Coelho (2006)

É possível estabelecer uma correlação proporcional lógica entre o aumento diacrônico da frequência de **ter** e sua expansão semântica. Tal expansão é decorrente de seu estágio inicial de gramaticalização, que o torna mais polissêmico, em virtude da abstração que o processo envolve. Os dados referentes à lexicalização de **ter** (cf. tabela 3) mostram não apenas a especialização de alguns sentidos, que aumentam seus índices percentuais ao longo dos três períodos, como também o surgimento de novas acepções, tanto no período moderno, quanto no contemporâneo. Por outro lado, o verbo **haver**, cujo processo de gramaticalização já estava mais consolidado, experimenta não a polissemia, mas a restrição de seus

semas em virtude do esvaziamento semântico que a incorporação de traços gramaticais de tempo, modo, pessoa e aspecto exigem. Identificaram-se, no período moderno, ainda que com baixas ocorrências, valores semânticos não identificados no período arcaico, mas que desapareceram no período contemporâneo. Neste se mantiveram apenas os dois sentidos que foram se firmando ao longo dos três períodos. Vê-se, pois, que os estágios distintos de gramaticalização dos verbos **ter** e **haver** em auxiliares também afetaram semanticamente as duas formas concorrentes, atuando como outro fator interveniente no processo de mudança.

2. Uma concorrência desconhecida sincronicamente

Ao longo da história da língua, o verbo **haver** não enfrentou apenas a concorrência com o verbo **ter**, que perdura até a contemporaneidade. Na fase do Romance, em que se verificou a dialeção do latim e o surgimento de certas fronteiras linguísticas, o verbo **haver** integrou outro processo de variação no qual concorria com o verbo **ser** como uma variante na auxiliaridade de passiva. Vincent (1982), ao discorrer sobre a gramaticalização dos verbos **haver** e **ser** no Romance, afirma que ambas as formas eram empregadas, nesse período linguístico, como auxiliares de passiva. Acrescenta, ainda, que, naquela época, o verbo **haver** passou a incorporar a função de auxiliar de diátese, enquanto o verbo **ser** apenas a expandiu, uma vez que já era assim empregado nas línguas clássicas. Segundo o autor referenciado, o verbo **haver** lexical requer dois argumentos: um locativo (sintagma preposicional) e um neutro (objeto). O neutro constitui o “gatilho” entre **haver** e o seu verbo acompanhante na forma de particípio. Na maioria dos casos, as circunstâncias é que determinam a identificação do locativo de **haver** com o neutro do verbo particípio e é essa identificação a responsável por promover a gramaticalização da forma. Nas palavras do autor, “**haver** não mais seleciona seu próprio locativo, mas preenche aquela posição em sua estrutura pela promoção de um agente não expresso do verbo ao qual ele se liga pelo ‘gatilho’ neutro⁴.” (p. 84, tradução minha) Assim, pode-se afirmar que “a gramaticalização de **haver** envolve

⁴ Do original: “[...] habere no longer selects its own LOC but fills that position in its structure by promotion of the unexpressed AG of the verb to which it is attached by the NEUT ‘hinge’.” (VINCENT, 1982, p. 84)

a retenção de seus papéis gramaticais – sujeito e objeto – mas a perda de seu independente papel semântico de locativo⁵.” (*op. cit.*, p. 85, tradução minha)

A auxiliarização de temporalidade, um dos contextos em que contemporaneamente se manifesta a concorrência entre **ter** e **haver**, é, como demonstrado, diacronicamente posterior à auxiliarização de diátese, quando o verbo **haver** concorreu com o **ser**. Segundo Green (1982), o uso de **haver** como um auxiliar de temporalidade é o resultado de uma reanálise de seu emprego originalmente passivo. Assim, as perífrases de **haver** + particípio são estágios mais gramaticalizados dessas perífrases empregadas para marcar a auxiliarização. Nas palavras de Green (1982),

essencialmente, e com muito poucas exceções, a concordância mostra que o particípio passado é passivo. Dessa forma, a presença da concordância sistematicamente marca o particípio de passividade enquanto sua ausência marca a completa gramaticalização de **haver** + particípio, em que o particípio é interpretado como [+ perfectivo, - passivo]; ao mesmo tempo, a concordância obrigatória do objeto de alguns verbos [...] serve como um lembrete patente de que nessas construções os verbos não estão plenamente gramaticalizados e retêm uma parte dos seus sentidos lexicais normais⁶. (p.110, tradução minha)

O fato de o verbo **haver** já ter enfrentado a concorrência com o **ser** deve ser considerado na análise de seu processo de variação com **ter** por, basicamente, dois motivos: (i) a concorrência com outra forma verbal, em decorrência de fatores distintos e com funções distintas, atesta a multifuncionalidade de **haver** no idioma, característica que pode favorecer sua retenção em determinado(s) contexto(s); (ii) a concorrência com outra forma certamente também interferiu

⁵ Do original: “[...] the grammaticalisation of habere involves the retention of its grammatical roles – subject and object – but the loss of its independent semantic role of LOC.” (VINCENT, 1982, p. 85)

⁶ Do original: “Essentially, and with very few exceptions, concord shows that the past participle is passive. Thus, presence of concord systematically marks the participle for passivity while its absence marks the complete grammaticalization of haber + participle, in which the participle is interpreted as [+ perfective, - passive]; at the same time, obligatory concord on the objects of some transitive verbs (...) serves as an overt reminder that in these constructions the verbs are not fully grammaticalised and retain a part of their normal lexical meaning.” (GREEN, 1982, p. 110)

em seu semema e na restrição/ampliação de seus contextos, o que refletirá no processo de variação atual.

3. Contextos em que **TER E HAVER** são formas variantes

Como ilustrado pelos enunciados do grupo (1) apresentados nas considerações iniciais e aqui repetidos apenas por comodidade para o leitor, a forma simples do verbo é um dos contextos que favorecem a concorrência entre **ter** e **haver**, especialmente na acepção de “existir”:

- (1) a. *Há* ainda muitos manifestantes na praça Tahrir, no centro do Cairo.
b. *Tem* ainda muitos manifestantes na praça Tahrir, no centro do Cairo.

Outro contexto em que **ter** e **haver** são variantes linguísticas é aquele em que essas formas verbais indicam tempo transcorrido, conforme ilustrado em (4):

- (4) a. *Há* um mês que Pedro não aparece por aqui.
b. *Tem* um mês que Pedro não aparece por aqui.

Cumprе assinalar que, nessa acepção semântica, o conjunto das variantes não se restringe às duas formas em estudo, já que o verbo **fazer** (cf. 4c) também é bastante produtivo no contexto, o que, possivelmente, interferirá na vitória de uma das variantes.

- (4) c. *Faz* um mês que Pedro não aparece por aqui.

No tocante aos contextos de tempos compostos, quando **ter** e **haver** são formas auxiliares e, como tais, elementos gramaticais, as construções exibem certas restrições sintáticas próprias do processo de gramaticalização, o que também pode interferir no processo de mudança das variantes. Tanto **ter** quanto **haver** selecionam as formas nominais de particípio e de infinitivo para co-ocorrerem com eles nas perífrases verbais, não admitindo, portanto, a co-ocorrência com o gerúndio. A despeito de selecionarem as mesmas formas nominais para integrarem as perífrases, a produtividade dos auxiliares se diferencia em relação à forma nominal selecionada: enquanto

as perífrases de **ter**, em todos os três períodos analisados, ocorreram prioritariamente com o particípio, as perífrases de **haver**, nos períodos arcaico e moderno, eram majoritariamente compostas pelo infinitivo. Apenas no período contemporâneo as perífrases com o particípio tornaram-se mais frequentes na língua, embora ainda sejam muito recorrentes as perífrases com o infinitivo, o que já sinaliza uma possível especialização de contextos.

Em se tratando de tempos compostos, o pretérito mais-que-perfeito, conforme ilustrado nas considerações iniciais, é também um contexto em que a concorrência se manifesta:

- (2) a. A imprensa *havia* noticiado casos de violência contra os manifestantes.
 b. A imprensa *tinha* noticiado casos de violência contra os manifestantes.

Ainda que se identifique no enunciado (2a) um estilo mais formal que no enunciado (2b), em ambas as perífrases nota-se a expressão de uma ação passada anterior ao ato enunciativo. No tocante às funções dos elementos constituintes dessas perífrases, compete à forma nominal de particípio a expressão da perfectividade e, ao auxiliar **haver/ter**, a expressão da anterioridade. No estágio atual da língua, entretanto, conforme pontua Câmara Júnior (1998 [1969]),

o pretérito mais-que-perfeito é de rendimento mínimo na língua oral, mesmo de registro formalizado de dialeto social culto; ou se emprega, em seu lugar, o pretérito perfeito, que não está formalmente marcado, como sucede com ele; ou se substitui por uma locução de particípio com o verbo auxiliar *ter* no pretérito imperfeito (*tinha cantado* em vez de *cantara*). (p. 100)

As perífrases de pretérito mais-que-perfeito constituem, talvez, um dos contextos de maior concorrência entre **ter** e **haver** na contemporaneidade e, a julgar pela produtividade das duas construções, a forma inovadora provavelmente sairá vitoriosa. Como relatam as palavras de Câmara Júnior (1998 [1969]), existe um encaixamento de mudança a atuar neste contexto, porque, ainda que na expressão do pretérito mais-que-perfeito a preferência do falante seja pela forma composta, a produtividade do auxiliar **haver** é bastante limitada; prioriza-se o auxiliar **ter**, provavelmente em virtude de seu teor mais coloquial, apesar de o emprego de **haver** traduzir aproximadamente a mesma carga semântica.

Em se tratando dos compostos do modo subjuntivo, os auxiliares

haver e **ter** parecem se equivaler funcionalmente em todos os tempos, como demonstram os enunciados de (5) a (7), apresentados a seguir:

- (5) a. Espero que Maria *haja* frequentado os melhores colégios.
b. Espero que Maria *tenha* frequentado os melhores colégios.
- (6) a. Se Maria *houvesse* frequentado os melhores colégios, certamente teria sido aprovada no processo seletivo.
b. Se Maria *tivesse* frequentado os melhores colégios, certamente teria sido aprovada no processo seletivo.
- (7) a. Quando Maria *houver* concluído o curso superior, conseguirá um ótimo emprego.
b. Quando Maria *tiver* concluído o curso superior, conseguirá um ótimo emprego.

A equivalência ora ilustrada diz respeito ao valor de verdade das duas variantes, resguardando-se a variação estilística entre elas. O fato de os enunciados *b* serem mais coloquiais que aqueles apresentados em *a* certamente contribui para a sua maior produtividade, o que poderá, com o avançar do processo de mudança, culminar com a vitória da variante **ter**. Considerando-se que o modo subjuntivo é menos produtivo na língua que o indicativo, já que seu uso é preterido, principalmente por falantes de menor escolaridade, espera-se que o desaparecimento de **haver**, caso venha a ocorrer, se dê primeiramente no pretérito mais-que-perfeito composto do modo indicativo.

4. Contextos em que TER e HAVER estão em distribuição complementar

Contextos há, contudo, em que não se pode falar em variação, uma vez que as formas **ter** e **haver** não podem ser permutadas, sob pena de se produzirem sentenças agramaticais ou de se alterar significativamente o sentido/intenção dos enunciados. Um desses contextos é o pretérito perfeito composto do modo indicativo. Nessa flexão, apenas a forma **ter** produz enunciados gramaticais, conforme ilustram estes exemplos:

- (8) a.* Maria *há* feito exercícios físicos regularmente.
 b. Maria *tem* feito exercícios físicos regularmente.

Nenhum falante do português contemporâneo hesitaria em classificar o enunciado (8a) como agramatical. A ideia de repetição ou de prolongamento de um fato até o momento de sua enunciação é traduzida pela perífrase destacada em (8b), mas não por aquela empregada em (8a). Apenas nos períodos arcaico e moderno registraram-se ocorrências de perífrases constituídas de verbo **haver** flexionado no presente do indicativo mais particípio. Ainda assim, as ocorrências foram todas com a primeira pessoa; jamais com a segunda ou com a terceira. O desaparecimento dessas perífrases na contemporaneidade demonstra que, neste contexto, a mudança já se sagrou, com a vitória da variante inovadora. Em outras palavras, os enunciados do tipo (8b) não devem fazer parte do rol dos dados a serem submetidos à quantificação.

Nas perífrases formadas de auxiliar + infinitivo, as restrições gramaticais quanto à seleção das variantes são ainda maiores que naquelas constituídas de auxiliar + particípio, pois parece não haver equivalência de sentido em nenhum dos tempos, segundo ilustram os exemplos (9) e (10):

- (9) a. Maria *há* de estudar nos melhores colégios.
 b. Maria *tem* de estudar nos melhores colégios.

- (10) a. Maria *tinha* de estudar nos melhores colégios.
 b. Maria *havia* de estudar nos melhores colégios

Quando os auxiliares **haver** e **ter** agregam-se às formas nominais de infinitivo, a permuta do presente pelo pretérito imperfeito não produz enunciados agramaticais, como ocorre quando a perífrase é constituída com o particípio. Isso ocorre porque a combinação do auxiliar com o particípio não altera a transitividade da primeira forma verbal integrante da perífrase. Por outro lado, nas combinações com o infinitivo, o auxiliar, “de nocional, passa a funcionar como relacional” (SAID ALL, 2001 [1921], p. 124). É em virtude dessa modificação que o processo opera na transitividade do auxiliar que, ao contrário do que se verifica com as perífrases de particípio, o valor semântico das formas verbais não se aproxima. Em (9a), identifica-se o desejo do enunciadador de que a ação verbal se efetive; em (9b), a modalidade não é optativa, mas deôntica, ou seja, a forma perifrástica

traduz uma necessidade da qual não se abdica, chegando a se impor como uma obrigatoriedade. Em (10a), a modalização do enunciador soa mais como um lamento por algo que não se efetivou, enquanto em (10b) percebe-se um tom de predestinação, indicando que a ação expressa pela perífrase verbal independe da vontade do sujeito do enunciado.

Os dados coletados demonstram que, em se tratando da auxiliarização de modalidade, **ter** e **haver** não são formas variantes, já que não são intercambiáveis em todos os contextos, mas estão em distribuição complementar. A análise empreendida acena ainda na direção de que são justamente as perífrases de infinitivo, preferidas nos períodos arcaico e moderno, que mantêm o auxiliar **haver** no sistema linguístico do português contemporâneo, dado ser esse, no estágio atual da língua, o contexto em que a substituição entre as formas não altera apenas o teor de formalidade do discurso.

Consideremos, a seguir, os contextos em que a modalidade expressa pelos auxiliares **ter** e **haver** parece não ser mais tão dicotômica como se verifica nos contextos descritos em (9) e em (10).

- (11) a. *Há* de se considerar a possibilidade de uma reanálise semântica.
b. *Tem* de se considerar a possibilidade de uma reanálise semântica.

- (12) a. Ele *há* de conseguir aquele emprego; afinal se esforçou tanto!
b. Ele *tem* de conseguir aquele emprego; afinal se esforçou tanto!

No enunciado (11), a sequência [auxiliar+infinitivo] tem como sujeito um NP impessoal. No enunciado (12), essa sequência participa de uma oração exclamativa. Tanto em (11a) como em (11b), não se nota um desejo de que a ação expressa pelo infinitivo venha a se efetivar, mas existe um alerta para o caráter imperativo de se considerar a possibilidade de uma reanálise semântica. Tanto o enunciado (12a) quanto o (12b) constituem contextos pragmaticamente optativos. Esses enunciados constituem evidências em favor da tese de que o falante está reanalizando semanticamente as perífrases constituídas de **ter/haver** + infinitivo. Assim, em contextos nos quais o verbo **haver** deveria ser interpretado como um instaurador de desejo em relação à ação expressa pela forma infinitiva, ele passa a ser interpretado como uma marca de forte necessidade, como a expressão de uma ação da qual não se pode abdicar. Em contrapartida, o verbo **ter**, que usualmente se presta à função de instaurar a obrigatoriedade de que a ação verbal venha a se efetivar, em alguns contextos, está sendo interpretado como um marcador de

volição.

Identificados os diferentes condicionamentos que atuam sobre a alternância **haver/ter**, resta tentar descrever como essa reanálise semântica está se processando. Os exemplos arrolados também se mostram úteis nessa tarefa: a reanálise de **haver** como um marcador de obrigatoriedade, de forte necessidade, acontece em contextos argumentativos, geralmente com o sujeito apassivado; a reanálise de **ter** como um marcador de desejo ou de volição acontece quando a ação expressa pelo verbo independe da vontade ou mesmo da iniciativa do sujeito do enunciado. Além dessa distinção de ordem sintático-pragmática, os traços suprassegmentais também exercem importante papel no processo de reanálise semântica. A forma como o enunciador profere o enunciado auxilia na identificação da forma como ele deve ser interpretado. Desvinculado de seu contexto de produção, o enunciado (13) pode soar ambíguo:

(13) Maria *tem* de conseguir este prêmio.

Se o enunciador profere esse enunciado com um tom de voz mais áspero, mais impositivo, o enunciatário pode interpretá-lo como a expressão de uma obrigatoriedade, mas se, contrariamente, o tom de voz empregado pelo enunciador for mais meigo, próprio de contextos optativos, o enunciatário irá processá-lo como sendo a manifestação do desejo de que Maria consiga o prêmio. A ambiguidade de interpretação desse enunciado é um apelo à necessidade de se levar em conta contextos mais amplos e também elementos prosódicos, quando possível, na seleção dos dados que vão compor um *corpus* a ser submetido à análise quantitativa. Feito o recorte adequado, as formas não variantes serão excluídas. Estas constituem formas que assumem valores funcionais distintos e não devem, pois, compor o conjunto de variantes a serem analisadas. A despeito da existência de uma reanálise semântica em curso, esses fatos comprovam que, mesmo tendo enfrentado a concorrência com o auxiliar **ter** em alguns contextos, o auxiliar **haver** apresenta ainda contextos de exclusividade e, portanto, não está condenado a desaparecer do idioma tão rapidamente, como professa a voz do senso comum.

Considerações finais

Este estudo foi motivado pela pretensão de se verificar cientificamente a autenticidade da recorrente afirmação de que o verbo **haver** está desaparecendo da língua, sendo substituído por seu concorrente **ter**, variação desencadeada há vários séculos em decorrência de as duas formas exibirem em comum o sema destinado à expressão da posse. Alguns entusiastas mais precipitados chegam mesmo a afirmar que o referido verbo já é um arcaísmo linguístico, especialmente nos tempos compostos. Ribeiro (1993), citando Said Ali (1967), endossa a tese defendida por esse linguista de que “são as formas compostas com o verbo **ter** as mais usadas; a combinação do auxiliar **haver** com o PtP [particípio passado], *empregada com moderação, dá à linguagem feição mais solene; empregada sistematicamente, torna-a rebuscada e pedante.*” (RIBEIRO, 1993, p. 344-345, grifos do autor). Os dados cotejados e as discussões aqui levantadas demonstram, porém, que a seleção dos auxiliares **ter** e **haver** não é determinada meramente por fatores de natureza situacional. Não se está aqui contestando que o **haver** impinge um tom mais formal ao enunciado que o auxiliar **ter**. Entretanto, há de se considerar que a substituição de uma forma pela outra não é lícita em todos os tempos e modos, tampouco obedece ao mesmo critério, caso a perífrase seja constituída pela forma nominal de particípio ou de infinitivo, donde se pode concluir que, em se tratando da auxiliarização de temporalidade, existe a restrição estilística, mas esta não se estende analogicamente à auxiliarização de modalidade.

Frente à análise empreendida, é possível descrever os contextos de uso dos verbos **ter** e **haver**, no estágio atual da língua:

(a) Quando empregadas como formas simples, nas acepções de “existir” e de “indicar tempo decorrido”, as duas formas são variantes e, em virtude do teor menos formal de **ter**, esta é a forma mais produtiva.

(b) Quando se trata do pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo, a probabilidade de esse auxiliar ser o verbo **haver** é bastante reduzida, pois, embora as duas formas sejam variantes, também nesse contexto, a preferência é pelo auxiliar **ter**. Não se descarta, portanto, a possibilidade de que, nesse contexto distribucional, o auxiliar **haver** venha a desaparecer da língua, mesmo nos contextos de maior formalidade.

(c) Quando se tratar de perífrases do pretérito imperfeito do indicativo, esse auxiliar jamais será o **haver**, pois, nesse contexto, o auxiliar **ter** já o substituiu, desde o período moderno da língua.

(d) Quando o auxiliar estiver flexionado em um dos tempos do modo subjuntivo + particípio, existe a possibilidade de tal auxiliar ser tanto o **haver** quanto o **ter**, pois, nesse contexto, as duas formas parecem se equivaler funcionalmente, embora se mantenha a restrição estilística e a consequente predileção pela variante **ter**.

(e) Em se tratando de perífrases com o infinitivo, em qualquer tempo e modo, a probabilidade de se encontrar ora o auxiliar **ter** ora o **haver** subordina-se a fatores pragmáticos, tendo em vista que ambos ainda traduzem expressões diferenciadas de modalidade optativa (variante **haver**) e deôntica (variante **ter**), apesar da possibilidade que se vislumbra de uma reanálise semântica.

Não se pode, pois, endossar a afirmação de que a mudança linguística já se sagrou com a vitória de **ter** sobre **haver**. Embora, na maioria dos contextos, a produtividade de **ter** seja estatisticamente superior, existem contextos, especialmente de modalidade optativa, em que a preferência é pela variante **haver**, o que lhe assegura a retenção na língua, pelo menos por mais algum tempo.

Referências bibliográficas

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Sueli Maria Coelho (2006). **Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa**. 2006. (Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos) Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e acrescida de um suplemento. 8. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

GREEN, John N. **The status of the romance auxiliaries of voice**. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 97-138.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

MAIA, Clarinda de A. **História da língua portuguesa: guia de estudo**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. (Estudos Gerais Série Universitária).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

RIBEIRO, Ilza. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In.: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. cap. XI, p. 343-386.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 8. ed. rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro. Companhia Melhoramentos: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VICENT, Nigel. The development of the auxiliaries habere and esse in Romance. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) **Studies in the Romance Verb**. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 71-96.

2

CAPÍTULO

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL EM FEIRA DE SANTANA: O EFEITO DAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS⁷

Norma da Silva Lopes (Universidade do Estado da Bahia)*

*Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB).

⁷ Texto resultado de parte da pesquisa realizada em estágio PNPd, financiado pela CAPES.

Introdução

O português brasileiro faz a concordância nominal de número no sintagma nominal de forma diferente do português europeu. Enquanto no português europeu a marca de plural ocorre em todos os elementos flexionáveis do sintagma (exemplo 1) em praticamente todos os falantes e contextos, isso não acontece no português brasileiro, em que a escolha recai, em muitos casos, sobre a variante zero (exemplo 2).

(1) aS minhaS filhaS do céu aqui (SAB⁸, FRA)

(2) Malmente oS donoØ da casa que tem que fazer (SAB, CA)

⁸ Dado retirado das entrevistas do projeto A língua portuguesa no Semiárido Baiano.

Scherre (1988), Lopes (2011), dentre outros, identificaram grupos de fatores que favorecem a concordância padrão (marca –S nos elementos flexionáveis do sintagma), entre eles a <posição relativa>, a <saliência fônica>, as <marcas precedentes> -variáveis linguísticas -e a <escolaridade>, a <faixa etária> - variáveis extralinguísticas. Neste texto, busca-se relacionar a escolha da variante a experiências de vida, viagens, expectativas de vida, visão de mundo, traços relacionados a comunidades de práticas que os falantes vivenciam no seu dia a dia. Observa-se a fala popular na zona urbana de Feira de Santana, com a utilização de dados das entrevistas gravadas do projeto ‘*A língua portuguesa no semiárido baiano*’.

1. A comunidade estudada: a cidade de Feira de Santana

Feira de Santana localiza-se no chamado Polígono das Secas. Por ficar entre o sertão e a costa, há nesse município chuvas moderadas no inverno, vindas do Oceano Atlântico, e trovoadas no verão, que se originam no sertão. Seu clima é tropical semiárido, com temperatura média anual de 24°C, com período de chuvas entre abril a julho e entre setembro a dezembro. A Princesa do Sertão, como é chamada, possui uma população de 584.497 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2006. Faz limites, ao Norte com Santa Bárbara, Candeal e Tanquinho; ao Sul, com São Gonçalo dos Campos e Antonio Cardoso; a Leste, com Santanópolis, Coração de Maria e Conceição do Jacuípe; a Oeste, com Ipecaetá, Anguera e Serra Preta.

Situa-se a 93km de Salvador, a capital do estado da Bahia, indo pela BR-324, e é considerada o 2º maior polo comercial e a 2ª maior cidade da Bahia. Possui um centro industrial, o Subaé, onde estão instaladas empresas de grande porte, como Pneus Pirelli, Cervejaria Kaiser, Siemens, Química Geral do Nordeste, Nestlé, que geram muitos empregos diretos e indiretos. Destacam-se em Feira de Santana os segmentos de assistência médica, educação e transporte no setor de serviços. O setor comercial é muito importante para a economia do município, pois gera muitos empregos e renda. Quanto à educação, Feira de Santana possui a Universidade Estadual de Feira de Santana, com muitos cursos de graduação e de pós-graduação *latu e strictu senso*, além de contar com inúmeras faculdades particulares.

Por encontrar-se no entroncamento com as principais rodovias BR-101, BR-116 e BR-324, possui uma localização estratégica, pois funciona como um ponto de ligação para o tráfego que vem do Sul e do Centro Oeste em direção a Salvador e outras importantes cidades nordestinas.

1.1 O projeto a língua portuguesa no semiárido baiano

Idealizado e implementado por Norma Lúcia Fernandes de Almeida e Zenaide Oliveira Novais Carneiro, ambas professoras da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, o projeto A língua portuguesa no semiárido baiano vem, desde 1996 (ALMEIDA, 2013), constituindo vários *corpora* e pesquisando a língua falada na região, contribuindo para o conhecimento das origens e das características do português brasileiro. (ALMEIDA e CARNEIRO, 2014)

Incluíram-se, inicialmente, na constituição das amostras e na constituição dos *corpora* falantes das zonas rurais dos municípios de Caem (Anselmo da Fonseca), Rio de Contas, Jeremoabo e Feira de Santana. Posteriormente, foi incluída a zona urbana de Feira de Santana, objeto do presente estudo.

Na pesquisa apresentada neste texto, foram observados os usos linguísticos de 24 entrevistas de falantes da zona urbana de Feira de Santana, que compõem o projeto A língua portuguesa no Semiárido Baiano, 12 homens e 12 mulheres, igualmente distribuídos em dois níveis de escolaridade, gravados entre os fins dos anos 1990 e na década de 2000.

2. A teoria

O objeto de estudo da sociolinguística é a variação linguística, presente na fala viva em seu contexto real, não a língua apenas idealizada, objeto de outros tipos de estudo. Essa ciência estuda fatos linguísticos propriamente ditos em seus contextos e tem como preocupação explicar a variabilidade linguística e sua relação com diversos fatores (linguísticos e sociais) e a interferência dessa variação na mudança linguística. A sociolinguística considera a heterogeneidade não só comum, mas como uma situação natural ou normal da língua, conforme se pode conferir em Labov (1983, p. 259):

“... nos últimos anos, temos chegado a nos dar conta de que esta é a situação normal: que a heterogeneidade não só é comum senão que é o resultado de fatores linguísticos básicos. O que sustentamos é que a ausência de variação estilística e de sistemas de comunicação multiestratificados é que resultaria disfuncional.”

Segundo Labov (1982, p. 17), a heterogeneidade, objeto do estudo sociolinguístico, é vista como uma heterogeneidade ordenada. Sendo parte integrante da economia linguística da comunidade, é necessária para satisfazer as demandas linguísticas da vida cotidiana e deve ser entendida como distinta da variação livre.

A ocorrência de variantes relaciona-se a traços do ambiente interno e a características externas, do falante e da situação (estilo contextual, *status* e mobilidade social, etnicidade, sexo, idade). Segundo Labov (1982, p. 18), os estudos demonstram como a escolha de variantes identifica o falante, seu grupo social, sua faixa etária, sexo etc. Labov (1983, p. 31) afirma que as pressões sociais operam continuamente sobre a linguagem, não desde um passado remoto, mas como uma força imanente que atua constantemente no presente⁹.

Na visão de Eckert (2012)¹⁰, apud Freitag (2014), das três ondas da sociolinguística, ou três tipos de abordagens sociolinguísticas, considera-se que a primeira onda corresponde à sociolinguística laboviana, a mais conhecida, que tem como objeto de estudo a comunidade de fala. A segunda onda é de base etnográfica e tem como foco comunidades menores e objetiva identificar categorias sociais que são salientes na comunidade. Na terceira onda, o interesse atinge também as comunidades de práticas, grupo de pessoas que se engajam em alguma iniciativa e, ao longo do engajamento, a comunidade de prática desenvolve práticas. E essas práticas envolvem uma orientação compartilhada para o mundo ao seu redor. Freitag (2014) chama a atenção para a necessidade de os estudos sociolinguísticos não ficarem restritos a comunidades de fala, e se voltarem também para comunidades de práticas, em um tipo de estudo sociolinguístico que

⁹ “las presiones sociales están operando continuamente sobre el lenguaje, no desde un punto remoto del pasado, sino como una fuerza social inmanente que actúa en el presente vivido”.

¹⁰ ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 87-100, 2012.

busque dar espaço a ‘microuniversos’, um novo ajuste de pesquisa, “que pressupõe grupos de indivíduos em interação engajados em torno de um foco de interesse que os leva a buscar a aprendizagem e o aprimoramento das habilidades”. A respeito desse tipo de abordagem, a autora diz que

Enquanto na abordagem sociolinguística macro [sociolinguística quantitativa laboviana], o protocolo de coleta de dados requer a realização de entrevistas sociolinguísticas com informantes selecionados aleatoriamente de acordo com perfis pré-definidos que constituem as células sociais da amostra da comunidade de fala (homogênea), a abordagem sociolinguística micro requer uma abordagem de natureza etnográfica, com a observação e a documentação de interações de todos os indivíduos que compõem a comunidade de práticas, uma vez que a estratificação de comunidades de práticas é heterogênea.

Freitag (2014) fundamenta-se em Eckert (2012), que apresenta as bases da Terceira Onda da Sociolinguística, e objetiva estudos que contemplem relações sociais não explicitadas na sociolinguística de base apenas quantitativa. Comparando as duas abordagens, a autora apresenta o Quadro 1, que sumariza os dois tipos de análises.

Quadro 1: Comparação entre as abordagens de comunidade de fala e comunidade de práticas.

Abordagem de comunidade de fala	Abordagem de comunidade de práticas
- estratificação baseada em fatores sociodemográficos amplos	- estratificação baseada em valores localmente estabelecidos
- distribuição homogênea, tanto quanto ao tamanho quanto às categorias controladas	- distribuição variável, definida caso a caso
- categorias definidas a priori	- categorias definidas a posteriori
- permissão para captar tendências amplas da comunidade	- permissão para captar valores sociais localmente estabelecidos nas relações
- coleta padronizada (entrevista sociolinguística)	- coleta etnográfica (observação participante, interações entre grupos)
- constituição da amostra em curto prazo	- constituição da amostra em longo prazo

Na pesquisa ora apresentada busca-se fazer uma análise mais apurada da relação entre os usos linguísticos e atividades sociais realizadas por cada indivíduo, suas relações com os diversos grupos, sua visão de mundo e expectativas de vida. Dessa forma esta pesquisa vai além da observação das comunidades de fala e passa a contemplar, mesmo de uma forma inicial, também comunidades de práticas. Essa variável foi observada com a codificação individual dos informantes, com o objetivo de encontrar outros elementos além dos inicialmente observados que pudessem explicar a escolha do falante pela variante da variável estudada.

3. Metodologia e análise dos dados

Nesse texto, discorre-se apenas sobre a variável <indivíduo>, em cada grupo de escolaridade (Fundamental e Média), embora a análise estatística tenha controlado outras variáveis linguísticas e sociais, mas que não serão tratadas no momento.

Os fatores da variável <indivíduo> são em número de 24, doze do nível de escolaridade fundamental (seis homens e seis mulheres) e doze de escolaridade média (também seis homens e seis mulheres), conforme discriminação abaixo:

Quadro 2: Informantes observados e níveis de escolaridade

FUNDAMENTAL	MÉDIA
A	M
B	N
C	O
D	P
E	Q
F	R
G	S
H	T
I	U
J	V
K	X
L	Z

3.1 Variável <indivíduo>

Após o controle do informante através da codificação e da análise estatística, fez-se análise e interpretação dos dados com confronto entre os resultados e as informações sobre os informantes captadas nas entrevistas, no que diz respeito a contatos com outras comunidades, tipos de trabalho, viagens etc., ou seja, dados sobre as comunidades de práticas desenvolvidas e vivenciadas por cada um no dia a dia. Esses dados foram previstos como potencialmente importantes na escolha da variante da variável observada na pesquisa.

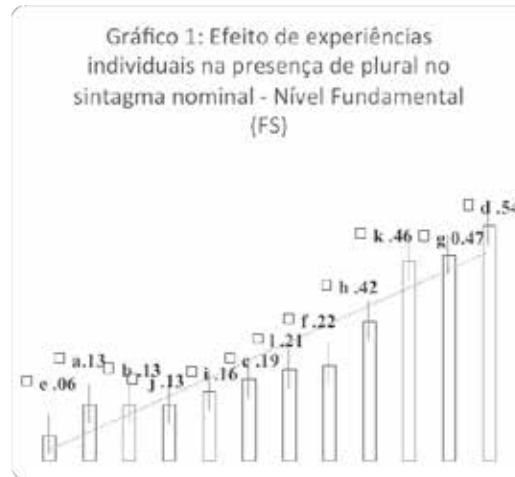
3.2 Análise dos dados por indivíduo

Ao submeter os dados ao GoldVarb, programa de análise estatística, com a finalidade de entender a variação linguística, a variável indivíduo foi a única selecionada. Ao retirá-la das outras rodadas, outras foram selecionadas: <posição relativa>, <saliência fônica> e <escolaridade>, que não serão aqui tratadas.

Primeiramente, faz-se a análise do efeito das experiências de vida dos informantes de nível Fundamental, cujos resultados são apresentadas na tabela 1 e sumarizadas no gráfico 1.

Tabela 1: Análise do efeito da experiência individual dos informantes do Nível Fundamental sobre a concordância de número padrão no sintagma nominal

Fatores	Ocorrências/Total	%	P.R
Informante a	77/157	49%	.13
Informante b	62/178	35%	.13
Informante c	30/78	38%	.19
Informante d	116/153	76%	.54
Informante e	30/131	23%	.06
Informante f	55/116	47%	.22
Informante g	137/198	69%	.47
Informante h	54/100	54%	.32
Informante i	63/169	37%	.16
Informante j	58/184	32%	.13
Informante k	57/89	64%	.46
Informante l	104/220	47%	.21



- **Caraterísticas do resultado dos informantes com apenas Ensino Fundamental com maior peso relativo:**
 - d - pintor de parede que passou anos em São Paulo, trabalhando na agricultura, em grandes fazendas (10 anos)
 - viveu em Minas Gerais, também na agricultura (pouco mais de um ano);
 - gosta de ler, na entrevista demonstrou grande conhecimento geral.
 - g – estudou até a 5ª série, vendia anúncios para uma revista do DETRAN, durante um ano e oito meses;
 - pretende voltar a estudar, preocupa-se com a ‘linguagem correta’,
 - lê revistas, jornais, assiste a jornais de TV;
 - k – estudou até a 3ª série, foi a Brasília, a São Paulo, Aracaju, Recife, gosta de jornais de TV, assiste a novelas, já foi agricultora na juventude, parece ter uma vida tranquila financeiramente;
 - h – estudou até a 5ª série, foi ao Rio, a Salvador e outras cidades da Bahia, a passeio, conhece várias praias de Salvador e quer voltar a estudar.

Do nível fundamental, os que fazem menos concordância são:

- **e – pedreiro e carpinteiro;**
 - nunca saiu de Feira de Santana;

- **a – pedreiro; estuda ainda, mas demonstra não valorizar os professores nem as aulas;**
 - viajou apenas pelo interior do próprio estado;
- **b – jardineiro do CUCA (UEFS)**
 - trabalha também com sonorização;
 - viagens só para o interior do estado;
 - já foi agricultor.

A seguir, apresenta-se a análise das experiências dos informantes de nível médio, na tabela 2 e no gráfico 2.

Tabela 2: Análise do efeito da experiência individual dos informantes do Nível Médio sobre a concordância de número padrão no sintagma nominal

Fatores	Ocorrências/Total	%	P.R
Informante m	237/265	89%	.74
Informante n	232/243	95,5%	.89
Informante o	194/223	87%	.69
Informante p	99/122	81%	.57
Informante q	202/223	91%	.75
Informante r	202/209	97%	.91
Informante s	318/343	93%	.84
Informante t	129/140	93%	.83
Informante u	201/236	85%	.66
Informante v	241/275	88%	.68
Informante x	66/77	86%	.67
Informante z	171/203	84%	.60

- **Características dos informantes do nível médio com maior peso relativo:**
 - r – auxiliar de escritório; contador;
 - lida com finanças;
 - gosta de ter contato com o público, resolver situações com a conversa;
 - usa muito o computador (internet, pra pesquisa); gosta de TV (principalmente de jornais de várias emissoras, mostra-se muito informado);
 - já foi a Salvador e outras cidades do interior, mas nunca saiu da Bahia;
 - vai a shows, tem gosto eclético pra música: gosta de MPB, mas não gosta de pagode;
 - n – técnico em telefonia, representante de vendas, pesquisador do Estado, na área de saúde;
 - dois filhos universitários;
 - vai a cinema, gosta de filmes
 - vê TV, acessa a internet, se diz viciado nessa atividade;
 - conhece Minas, Sergipe, Alagoas, Rio, Pernambuco, dentre outros estados;
 - s – professora, trabalhou em vários colégios;
 - gosta de noticiários, reportagens, programas de TVE; é evangélica;
 - gosta muito de ler;
 - foi dona de uma escola e a dirigiu durante alguns anos
 - t – trabalhou em biblioteca durante trinta anos;
 - trabalhou na pesquisa e atuou como professora primária;
 - conhece o Rio de Janeiro, a Paraíba;
 - gosta muito de ler;
 - gosta do Jornal Nacional, do BA TV, e se interessa por saber das notícias;
 - gosta de interagir com as pessoas;
 - gostaria de ser assistente social.



- **Características dos informantes do nível médio com menor peso relativo:**
 - p – não chegou a concluir o nível médio, mas disse que os cursos que fez correspondem ao nível médio;
 - morou 3 anos em Aracaju, trabalhando;
 - foi comerciante, filho de dono de padaria; não se interessou em continuar os estudos;
 - viajou pra cidades do interior; foi a São Paulo algumas vezes rapidamente;
 - z – é agente penitenciário, em ala feminina, há 11 anos, cuida de 44 prisioneiras, foi o primeiro trabalho;
 - gosta de jornais, novelas, não gosta de festas;
 - gosta muito de ficar em casa, e de assistir a filmes;
 - só viajou dentro da Bahia;
 - quer voltar a estudar.
 - u – técnica de enfermagem há poucos meses, recepcionista há dezesseis anos;
 - não assiste a TV (falta de tempo); sedentária,
 - vive para os filhos;
 - nunca saiu de Feira de Santana

Do exposto, nota-se que, para a realização de mais marca de plural no sintagma nominal, são importantes as seguintes características dos falantes:

- O tipo de atividade profissional que desenvolve, se exige o padrão (mercado ocupacional); aqueles que exercem atividades que exigem o padrão fazem mais concordância;
- A saída da comunidade mais vezes e, assim, experiências exteriores (Peso relativo de concordância de .91 máximo e .06, o mínimo de concordância); aqueles que viajaram mais, não ficaram restritos à sua comunidade usam mais marcas de plural no sintagma nominal;
- Os que buscam melhorias educacionais (pretensão de estudos futuros) fazem menos variação na concordância no SN, ou seja, usam menos a variante zero;
- Os que se interessam por assuntos diversos, assistindo a jornais de TV, lendo etc. costumam fazer mais uso da marca padrão de concordância de número no sintagma nominal.

Uma questão que fica:

As diferenças encontradas entre os que tiveram experiência exterior à comunidade revelam que o vernáculo da comunidade não possui os morfemas redundantes de plural?

Considerações finais

No controle do <indivíduo>, esta pesquisa revela que os falantes que têm experiências como viagens, vivenciam ou tenham vivenciado empregos que contribuam para a ampliação de sua visão de mundo, gostam de ler e leem e assistem a jornais, têm pretensões de mais estudos fazem mais uso do plural no sintagma nominal. Com essa observação, a presente pesquisa revela a necessidade de se ampliarem os estudos sociolinguísticos da 'primeira onda', de forma a contemplar essas e outras experiências dos falantes, relacionadas a suas comunidades de práticas, não unicamente sua comunidade de fala.

Diante do apresentado, esta pesquisa acrescenta aos estudos da variação da concordância de número no sintagma nominal a importância

de serem buscadas novas explicações para a escolha das variantes pelos falantes. E não só quanto ao fenômeno observado neste texto, mas para quaisquer fenômenos variáveis, urge que se faça uma ampliação da análise sociolinguística, com novas formas de busca do entendimento dos fenômenos de variação linguística.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. Variação linguística na Bahia: a língua portuguesa no semiárido baiano. In: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pellon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos. (Org.) **Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). **Variação linguística no semiárido baiano**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. (Projeto "A língua portuguesa no semiárido baiano")

FREITAG, Raquel Meiter Ko. Covariação em uma comunidade de práticas. In. LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia; OLIVEIRA, Josane M. (Org.) **Diferentes olhares sobre o português brasileiro**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Portal Feira de Santana. http://www.sppert.com.br/Brasil/Bahia/Feira_de_santana/

LABOV, William. **Building on empirical foundations**. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1982.

LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. Tradução de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

LOPES, Norma da Silva. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. (Tese de Doutorado)

LOPES, Norma da Silva. **A fala baiana em destaque: a concordância nominal no português de Salvador**. Munchen: Peniope, 2011 (Études Linguistiques / Linguistische Studien, Band 6)

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3

CAPÍTULO

A EXPRESSÃO DE FUTURIDADE VERBAL: O EFEITO DA TELICIDADE E DO TIPO SEMÂNTICO DO VERBO PRINCIPAL

Eduardo Pereira Santos (SEC/Bahia ; UNIJORGE)*

Norma da Silva Lopes (PPGEL/UNEB)**

*Mestre egresso do PPGEL/UNEB, Professor da rede pública de ensino fundamental e médio e professor do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).

**Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB)

Introdução

Este texto trata da expressão de futridade verbal na cidade baiana de Santo Antônio de Jesus pelo enfoque da Teoria da Variação ou Sociolinguística Variacionista, a partir dos trabalhos de William Labov, e tem como objetivo geral analisar a relação entre a escolha das variantes utilizadas para a expressão da futridade e a variável <telicidade>, associada ao <tipo semântico do verbo principal>.

A expressão temporal nas línguas humanas tem merecido a atenção de estudiosos de diversas áreas dos estudos linguísticos. Já há diversos trabalhos acadêmicos brasileiros que tentam esmiuçar essa noção complexa.

A futuramente verbal, por exemplo, é expressa de diversas maneiras. No português do Brasil, há várias estratégias para isso, e podem ser citadas, no mínimo, três formas:

- a forma simples de futuro do presente – eu cantarei hoje à noite;
- a forma do presente do indicativo – eu canto hoje à noite;
- a forma perifrástica com o auxiliar *ir* – eu vou cantar hoje à noite.¹¹

1. Teoria/Metodologia

A Teoria da Variação, fundamentada pelo linguista William Labov (LABOV, 2008 [1972], 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]), trata a variação linguística observável na fala, considerando a língua um fenômeno inerentemente heterogêneo. Para a Teoria da Variação, também chamada de Sociolinguística Quantitativa, a variação linguística é algo sistematizável e, para isso, procura-se delimitar os fenômenos variáveis e os reguladores dessa variação, incluídos os linguísticos, os sociais e os relacionados à sócio-história da língua.

1.1 Teoria laboviana

Os princípios básicos do modelo laboviano são os seguintes:

- (a) toda língua possui uma heterogeneidade ordenada, contrariando a relação proposta por Saussure entre língua e homogeneidade (LUCCHESI, 2004; SAUSSURE, 1975 [1916]);
- (b) é possível sistematizar e explicar o suposto “caos” da língua falada, especialmente do vernáculo, nosso objeto de estudo (TARALLO, 2003);
- (c) a variação linguística é regulada por fatores internos e/ou externos, ou seja, de ordem linguística e/ou social (MOLLICA; BRAGA, 2012);

¹¹ Existe ainda a possibilidade de o futuro ser expresso pela perífrase com *HVER DE + INFINITIVO* e pela perífrase *IR + INFINITIVO*, com o verbo auxiliar *ir* flexionado no futuro do presente.

(d) através do estudo da variação, podem ser percebidos os rumos de possíveis mudanças linguísticas ou a estabilidade da variação (LABOV, 1994).

A partir desses princípios, desenvolve-se a Sociolinguística Quantitativa, instrumentalizada por uma metodologia refinada para a análise da fala, que tanto ajuda a compreender a estruturação da variação linguística, quanto da mudança, rompendo com a rígida dicotomia saussuriana entre sincronia e diacronia.

Assume-se, nessa orientação teórica, que apenas dados produzidos em circunstâncias reais mostram a identidade de uma língua e as mudanças pelas quais ela pode passar. Por isso, há todo um arsenal metodológico para a constituição de amostras significativas de fala espontânea (TARALLO, 2003).

1.2 Questões metodológicas

Para a realização da análise do fenômeno de que esse texto trata, foi utilizado o *corpus* formado por inquéritos do Acervo de Fala Vernácula do Português Rural do Estado da Bahia, do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia (doravante Vertentes), sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenado pelo professor Dante Lucchesi. A pesquisa usou os inquéritos da cidade de Santo Antônio de Jesus, onde foram realizadas 24 entrevistas, 12 com moradores do seu distrito-sede e 12 com moradores da zona rural. A escolha dos informantes em cada comunidade de fala foi feita de acordo com as seguintes variáveis estratificadas: sexo/gênero e idade. Há seis células na amostra, com dois informantes em cada célula, constituindo um total de 12 informantes por amostra assim distribuídos: duas mulheres e dois homens de 25 a 35 anos; duas mulheres e dois homens de 45 a 55 anos; duas mulheres e dois homens de mais de 65 anos de idade.

1.2.1 Variáveis controladas

Nesta seção, são referidas as variáveis estudadas, a <telicidade> e o <tipo semântico do verbo principal>, em busca de explicação para a escolha pelo falante da variante de expressão de futuro verbal na comunidade estudada.

1.2.1.1 A Telicidade

A telicidade¹² foi incluída, de modo a que se possa verificar os efeitos dessa propriedade acional na escolha das variáveis. Em trabalho sobre os tipos de estrutura das situações relevantes para a semântica temporal, Peres (2003, p. 201) afirma que o critério da termitividade “atende à presença ou não de um ponto terminal intrínseco à situação”, sendo terminativo (ou télico) o valor das situações que tendem para um ponto final intrínseco, e não-terminativo (ou atélico) o valor correspondente à ausência desse ponto. Ele dá os seguintes exemplos para as situações télicas (construir uma casa) e estes outros para as situações atélicas (correr, dormir, habitar, ser estudante).

Segundo Basso (2007, p. 16, nota 12), diferenciando as três categorias acionais do verbo:

De um ponto de vista mais conceitual, podemos dizer que a estatividade relaciona-se com os eventos envolverem ou não dinamicidade; a duratividade relaciona-se com os eventos apresentarem a possibilidade de quantificação sobre sua duração através de adjuntos como “por / durante X tempo”; e a telicidade refere-se à existência de um ponto final previsível para o evento em questão.

Foi usada como teste para a definição da telicidade dos verbos a proposta de Garey (1957 apud CASTILHO, 2010, p. 417):

Se alguém estava *-ndo*, mas foi interrompido quando *-va/-ia*, pode-se dizer que *-ou*? Se a resposta for afirmativa, o estado de coisas descrito pelo verbo examinado não precisa de um desfecho para ter existência, e por isso tal verbo integrará a classe dos atélicos. Se a resposta for negativa, o verbo será télico.

¹² O professor Telmo Mória, da Universidade de Lisboa, em comunicação pessoal, durante seu minicurso no GELNE, em 2010, em Teresina, sugeriu testar os efeitos dessa propriedade acional na seleção de formas verbais com valor de futuro.

Basso (*op. cit.*, p. 33-42) ainda chama a atenção para a confusão conceitual entre telicidade e aspectualidade. Segundo ele, são categorias pertencentes a domínios distintos e devem ser tratadas com independência.

Para mostrar que essas categorias pertencem a domínios diferentes, são dados exemplos em que “é possível identificar isoladamente cada uma dessas noções”, como segue:

A ideia de trabalhar com a distinção entre as categorias de aspecto, acionalidade e referência temporal implica em pensar que uma sentença, com um verbo flexionado, que faça referência a um evento, veicule um certo arranjo de traços ou subcategorias. É assim que podemos caracterizar a sentença (1.57) abaixo como perfectiva (aspecto), atélica (acionalidade) e passada (referência temporal) e a sentença (1.58) como imperfectiva (aspecto), télica (acionalidade) e futura (referência temporal):

(1.57) João correu (ontem).

(1.58) João (ainda) estará construindo sua casa (ano que vem).

Acatando então essa separação, a hipótese foi a de que os verbos téllicos, por sua termitividade “natural”, devem favorecer o uso das formas de presente com valor de futuro. Consideramos que essa subcategoria acional não se aplica aos verbos estativos, que são, em essência, apenas atélicos. Os fatores que compuseram esse grupo foram:

a) verbos téllicos:

(01) Aqui eu VÔ TIRÁ a carne que tá aqui, pa botá o... o feijão. (SAJ-R, Inf. 06 reserva)

(02) Se eu saí(r) aqui, pedi(r) um real aqui, ninguém me DÁ! (SAJ-S, Inf. 03)

b) verbos atélicos

(03) Eu VÔ FALÁ mesmo, num vô mentir, vô falá a verdade. Se já aconteceu ININT vô escondê mais? (SAJ-R, Inf. 01)

(04) Na hora que chegá o tempo dele, ele QUÉ(R), né? (SAJ-R, Inf. 05)

1.2.1.2 Tipo semântico do verbo principal

Este grupo de fatores teve a intenção de verificar se o valor semântico

do verbo principal que acompanha o auxiliar *ir* nas perífrases de futuro, do verbo flexionado no futuro e do verbo no presente com valor de futuro interfere na escolha dos falantes. Nos dados de Oliveira (2006, p. 158-161), esse grupo de fatores foi selecionado apenas para a modalidade escrita da língua. No trabalho de Silva (2003, p. 88-92, p. 99-102), porém, esse grupo de fatores foi selecionado como o mais significativo. Sua hipótese foi a de que, como nos dados da região Sul (GÖRSKI et al., 2002), os verbos de estado favorecessem a perífrase por possuírem o traço [-movimento] e [-deslocamento] e que a forma de presente fosse favorecida por aqueles verbos que apresentassem os traços [+movimento] e [+deslocamento]. Essa hipótese, porém, não foi confirmada; não se pode afirmar com certeza se isso se deu por conta de diferenças significativas nos dois sistemas (da região Sul e das comunidades afro-brasileiras) ou se ocorreu devido às opções de configuração de seu grupo de fatores. Após amalgamações, seus dados indicaram favorecimento da perífrase com verbos declarativos – fator que incluiu os verbos de ordem e os de inquirição; com verbos intelectivos – fator que incluiu os verbos de atividade mental, os perceptivos, os de julgamento e os volitivos/optativos; e com verbos não-estativos – os verbos de eventos. Esses resultados se aproximam dos de Oliveira (2006), mas, como no trabalho dela esse grupo de fatores foi selecionado apenas para a modalidade escrita, a comparação foi feita com a forma sintética e, diante do fato de a quantidade de dados ser pequena, não se pode ter certeza da relevância dos resultados.

Na pesquisa que embasa este texto (SANTOS, 2012), optou-se por uma disposição de fatores que opõe os verbos dinâmicos (ações e processos) aos não-dinâmicos (estativos). Neves (2011, p. 25-28) diferencia os verbos dinâmicos a partir do componente pragmático [controle], possuindo as <ações>, o componente [+controle] e os <processos>, [-controle]. Esse componente também configura os verbos estativos. Nossa hipótese, então, era a de que os verbos que designam ações, ou seja, aqueles que apresentam o traço [+controle], favorecessem a forma perifrástica do que aqueles que designam processos [-controle], por conta do traço modal de intenção relacionado a essa forma (POGGIO, 2004, p. 181-183; MARTELOTTA, 2011, p. 75; BYBEE, PERKINS E PAGLIUCA, 1994, apud SILVA, 2003, p. 16-21). Optamos, porém, por codificar separadamente as ocorrências do verbo *ir* com valor pleno e os outros verbos de movimento, para que se verifiquem seus comportamentos separadamente, procedendo às amalgamações a partir dos primeiros resultados. Seguem os fatores desse grupo com exemplos:

a) verbos de ação (com controle):

(05) "Ói Edézio, VÔ ARRANJÁ uma obra pra tu." (SAJ-R, Inf. 01)

(06) Se eu dé um bom dia a ele ou... ou conversá com ele, (...) num a... num ACEITA mais eu aqui, nem eu e nem o menino. (SAJ-R, Inf. 04)

b) verbos de processo (sem controle):

(07) Que se a gente recusá umas pessoa dessa, (...), o que que a gente vai... VAI RECEBÊ lá mais tarde? (SAJ-S, Inf. 04)

(08) FAZ um ano agora em vinte e seis de setembro, casô. (SAJ-R, Inf. 04)

c) verbo ir pleno:

(09) Eu só VOU IR pra casa semana que vem. (exemplo hipotético)

(10) Não, não, ela pode... chegá aqui agora e dizê assim: "Ah, VÔ pa festa em Santo Antônio de Jesus..." (SAJ-R, Inf. 01)

d) verbos de movimento/deslocamento com controle

(11) Quando fô agora de tarde, eu VÔ BUSCÁ mais [fi'] de banana, vô 'cabá de prantá. (SAJ-R, Inf. 11)

(12) Eu sei que eu vô pas... pagá um preço muito alto, mas eu num VOLTO. (SAJ-S, Inf. 08)

e) verbos de movimento/deslocamento sem controle

(13) Cuidado! Você VAI CAIR desse brinquedo! (exemplo hipotético)

(14) Cuidado, menino! Se não você CAI desse brinquedo! (exemplo hipotético)

f) verbos estativos com controle:

(15) Então eu vô FICÁ ESPERANO a dentista. (SAJ-R, Inf. 03)

(16) Amanhã eu vou e FICO até o fim do dia. (exemplo hipotético)

g) verbos estativos sem controle:

(17) Aí você VAI TÊ uma garantia de uma venda de muda de cinco mil (SAJ-R, Inf. 05)

(18) Se de manhã acordá de um jeito, lhe rezá, de tarde já 'TÁ de ôto jeito. (SAJ-S, Inf. 01)

Em relação à influência da propriedade acional [telicidade] sobre a seleção das formas de futuridade verbal, previsto inicialmente como grupo de fatores independente, foram tomadas as seguintes decisões metodológicas: além de excluirmos as ocorrências dos verbos estativos, já que a telicidade

não se aplica a esse tipo de verbo, amalgamamos os verbos de movimento aos seus respectivos tipos (todos compõem o grupo dos verbos de ação, sendo alguns télicos, outros atélicos), incluindo as ocorrências do verbo *ir* pleno. Assim, a análise da telicidade fica circunscrita aos verbos dinâmicos.

2. Análise dos dados

A análise mostra praticamente a inexistência da forma de futuro de presente, ocorrendo variação entre a forma perifrástica, formada pelo verbo auxiliar *ir* e um verbo principal no infinitivo; e a forma de presente do indicativo. Os resultados apontam um espraiamento incontestado da perífrase de futuro na comunidade de Santo Antônio de Jesus como forma codificadora da futuridade verbal. Em todos os aspectos linguísticos analisados, essa forma atinge mais de 80% da preferência dos falantes santo-antonienses para indicar futuro. Pode-se dizer então que essa forma ocupa também nessa comunidade uma posição *default*, na sincronia analisada, para a indicação do porvir. Já a forma de presente possui contextos muito específicos de favorecimento, um “nicho”, usando o termo proposto por Oliveira (2006), ou seja, o contexto que reúne o máximo de características morfossintáticas e semânticas favorecedoras dessa forma.

2.1 A telicidade

Os resultados, sem as ocorrências do verbo *ir* pleno¹³, apresentam uma oposição entre os verbos dinâmicos: os que apresentam o traço [+telicidade], desfavorecendo o uso da perífrase de futuro (peso relativo de 0,43), de um lado, e de outro lado aqueles que a apresentam a propriedade [-telicidade], como favorecedores do uso da forma perifrástica (peso relativo de 0,64).

¹³ Todas as 53 (cinquenta e três) ocorrências do verbo *ir* com valor pleno foram usadas na forma do presente. Esse resultado já era esperado já que parece haver uma restrição quanto ao uso da perífrase *ir + ir* (*vou ir*), típica da linguagem infantil e documentada em poucos *corpora* no Brasil (ALVES, 2011; GIBBON, 2000).

Tabela 01¹⁴: Uso da perífrase em relação à 'Telicidade'

Fatores	Ocorrências	Percentuais	P. R.
Verbos télicos	298/334	89,2%	0.43
Verbos atélicos	161/174	92,5%	0.64

Input = 0.935 Log likelihood = -122.167 Nível de significância = 0.012

Tentando entender como a telicidade condiciona a definição da variante entre os verbos dinâmicos, testou-se a separação entre os verbos de ação, que apresentam o parâmetro [+controle], e os de processo [-controle], cujos resultados são a seguir apresentados:

Tabela 02: Uso da perífrase em relação à 'Telicidade' (com verbo ir) – ação *versus* processo

Fatores	Ocorrências/	Percentuais	P. R.
Verbos de ação télicos	217/300	72,3%	0.33
Verbos de ação atélicos	90/97	92,8%	0.68
Verbos de processo télicos	81/87	93,1%	0.67
Verbos de processo atélicos	71/77	92,2%	0.75

Input = 0.898 Log likelihood = -135.134 Nível de significância = 0.045

Os resultados da Tabela 02 indicam que os <verbos de ação télicos> desfavorecem o uso da forma perifrástica, com peso relativo de 0.33; esse resultado contrariou parcialmente a hipótese inicial de uma relação do parâmetro [controle] com a forma perifrástica, relacionando, sim, à forma

¹⁴ A regra de aplicação é a forma perifrástica.

de presente com valor de futuro. Favorecendo a mesma forma aparecem os <verbos de ação atélicos>, com peso relativo de 0.68, os <verbos de processo télicos>, com peso relativo de 0.67, e os <verbos de processo atélicos>, com peso relativo de 0.75.

Como o nível de significância da rodada foi muito próximo do limite considerado aceitável e os resultados incluem o verbo *ir* pleno, optou-se pela sua exclusão, pois exerce um peso muito grande sobre todos os grupos que lhe dizem respeito diretamente ('Paradigma verbal', 'Extensão fonológica do verbo', 'Tipo semântico do verbo principal', 'Tipo sintático do verbo principal') (SANTOS, 2012). Com esse procedimento, o grupo foi novamente selecionado, com os resultados que seguem:

Tabela 03: Uso da perífrase em relação à 'Telicidade' (sem verbo *ir* pleno) – ação *versus* processo

Fatores	Ocorrências/	Percentuais	P.R.
Verbos de ação télicos	217/247	87,9%	0.44
Verbos de ação atélicos	90/97	92,8%	0.70
Verbos de processo télicos	81/87	93,1%	0.36
Verbos de processo atélicos	71/77	92,2%	0.57

Input = 0.937

Log likelihood = -121.546

Nível de significância = 0.012

Os <Verbos de ação télicos>, ao lado dos <Verbos de processos télicos>, são os tipos semânticos que mais abrem brecha para a seleção da forma de presente com valor de futuro, desfavorecendo o uso da perífrase, com pesos relativos respectivos de 0.44 e 0.36. Já aqueles <Verbos de ação atélicos>, juntamente com os <Verbos de processo atélicos>, favorecem o uso da forma perifrástica, com pesos relativos de 0.70 e 0.57, respectivamente. Esses resultados confirmam as hipóteses sobre os efeitos da telicidade na escolha de formas de futuro no português da comunidade de Santo Antônio de Jesus.

2.2 Os três componentes do 'tipo semântico do verbo principal': inclusão da telicidade

Por conta de uma rodada inicial, em que o grupo de fatores 'Telicidade' foi selecionado, mas com um nível de significância próximo demais do limite aceitável (0.048), e por observar que foi a seleção desse grupo que promoveu esse aumento indesejado no nível de significância¹⁵, resolvemos, por recodificação, cruzar essa propriedade semântica com os fatores do grupo 'Tipo semântico do verbo', organizado a partir do traço [controle], resultando nos seguintes fatores desse novo grupo:

a) verbo ir pleno (télico com controle):

(18) Eu só VOU IR pra casa semana que vem. (exemplo hipotético)

(19) Não, não, ela pode... chegá aqui agora e dizê assim: "Ah, VÔ pa festa em Santo Antônio de Jesus..." (SAJ-R, Inf. 01)

b) verbos de movimento/deslocamento télicos com controle (excetuando-se o verbo ir):

(20) Quando fô agora de tarde, eu VÔ BUSCÁ mais [fi'] de banana, vô 'cabá de prantá. (SAJ-R, Inf. 11)

(21) Eu sei que eu vô pas... pagá um preço muito alto, mas eu num VOLTO. (SAJ-S, Inf. 08)

c) verbos de movimento/deslocamento télicos sem controle:

(22) Cuidado! Você VAI CAIR desse brinquedo! (exemplo hipotético)

(23) Cuidado, menino! Se não você CAI desse brinquedo! (exemplo hipotético)

d) verbos de movimento/deslocamento atélicos com controle:

(24) Amanhã mesmo eu VOU VIAJAR; cedo eu vou viajar. (SAJ-R, Inf. 01)

(25) Agora domingo eu VIAJO de novo. (SAJ-R, Inf. 01)

e) verbos de movimento/deslocamento atélicos sem controle:

(26) Esse vento forte VAI DERRUBAR muitas árvores. (exemplo hipotético)

(27) Esse vento forte de hoje DERRUBA muitas árvores. (exemplo hipotético)

¹⁵ Na rodada em análise, o passo imediatamente anterior àquele considerado pelo GoldVarb X como o melhor da rodada tinha nível de significância de 0.016.

- f) verbos de ação télicos (excetuando-se os de movimento/deslocamento):
(28) "Ói Edézio, VÔ ARRANJÁ uma obra pra tu." (SAJ-R, Inf. 01)
(29) Se eu dé um bom dia a ele ou... ou conversá com ele, (...) num a... num ACEITA mais eu aqui, nem eu e nem o menino. (SAJ-R, Inf. 04)
- g) verbos de ação atélicos (excetuando-se os de movimento/deslocamento):
(30) E se esse objetivo fô deu cuidá dessas crianças, eu VOU CUIDÁ. (SAJ-S, Inf. 04)
(31) Mais tarde quando Deus me amostrá um companheiro e eu vê que dá certo, eu FICO. (SAJ-R, Inf. 04)
- h) verbos de processos télicos (excetuando-se os de movimento/deslocamento):
(32) Que se a gente recusá umas pessoa dessa, (...), o que que a gente vai... VAI RECEBÊ lá mais tarde? (SAJ-S, Inf. 04)
(33) FAZ um ano agora em vinte e seis de setembro, casô. (SAJ-R, Inf. 04)
- i) verbos de processo atélicos (excetuando-se os de movimento/deslocamento):
(34) Esse fim de ano mesmo não VAI TER [a festa], poque começa do dia primêro de... de janeiro até o dia doze... de São Benedito, até o dia doze. Mas esse ano tá... desmanchô a Igreja pa podê reformá, fazê [ota]. (...) Aí, nem começô a fazê o alicerce ainda, então não vai ter nada. (SAJ-S, Inf. 02)
(35) Meu pai num trabalha mais, coluna. (...) Num trabalha. Se ele limpá um pezim de mato aqui, quando fô de nôte ele não DORME. De dô. Dô aqui assim nas costa de coluna. (SAJ-R, Inf. 04)
- j) verbos estativos com controle:
(36) Então eu VÔ FICÁ esperano a dentista. (SAJ-R, Inf. 03)
(37) Amanhã eu vou e FICO até o fim do dia. (exemplo hipotético)
- k) verbos estativos sem controle:
(38) Aí você VAI TÊ uma garantia de uma venda de muda de cinco mil (SAJ-R, Inf. 05)
(39) Se de manhã acordá de um jeito, lhe rezá, de tarde já 'TÁ de ôto jeito. (SAJ-S, Inf. 01)

Combinadas as duas variáveis, a hipótese passou a ser a de que os verbos que possuem o traço [+controle] e a propriedade acional [+telicidade] favoreçam mais o uso da forma de presente do que os que não apresentam essas duas características combinadas, por conta da termitividade “natural” e da possibilidade de que o sujeito se comprometa mais com a realização do estado de coisas futuro, por avaliá-lo como mais factual (GÖRSKI et al., 2002, p. 227).

Com essa nova configuração do grupo ‘Tipo semântico do verbo principal’, não houve ocorrências do fator <Verbos de movimento/deslocamento télicos sem controle> nem do fator <Verbos de movimento/deslocamento atélicos sem controle>.

São os seguintes os resultados percentuais para os fatores que apresentaram ocorrências:

Tabela 04: Frequência da perífrase em relação ao ‘Tipo semântico do verbo principal’

Fatores	Ocorrências	Percentuais
Verbos de ação télicos	202/221	91,4%
Verbos de ação atélicos	84/90	93,3%
Verbos de processo télicos	81/87	93,1%
Verbos de processo atélicos	71/77	92,2%
Verbos de movimento/deslocamento télicos com controle	15/26	57,7%
Verbos de movimento/deslocamento atélicos sem controle	6/7	85,7%
Verbo ir pleno (télico com controle)	0/53	0,0%
Verbos estativos com controle	5/5	100%
Verbos estativos sem controle	30/36	83,3%

Como se pode ver na Tabela 04, todas as 05 (cinco) ocorrências de <Verbos estativos com controle> foram com a forma perifrástica; também houve uso categórico com o fator <Verbo ir pleno>. Para a rodada básica de análise, optamos pela exclusão desses fatores. Foi excluído da rodada básica de análise também o fator <Verbos de movimento/deslocamento atéllicos sem controle>, de cujas 7 (sete) ocorrências, 6 (seis) tinham a forma da perífrase.

2.3 A rodada geral para o “tipo semântico do verbo principal”

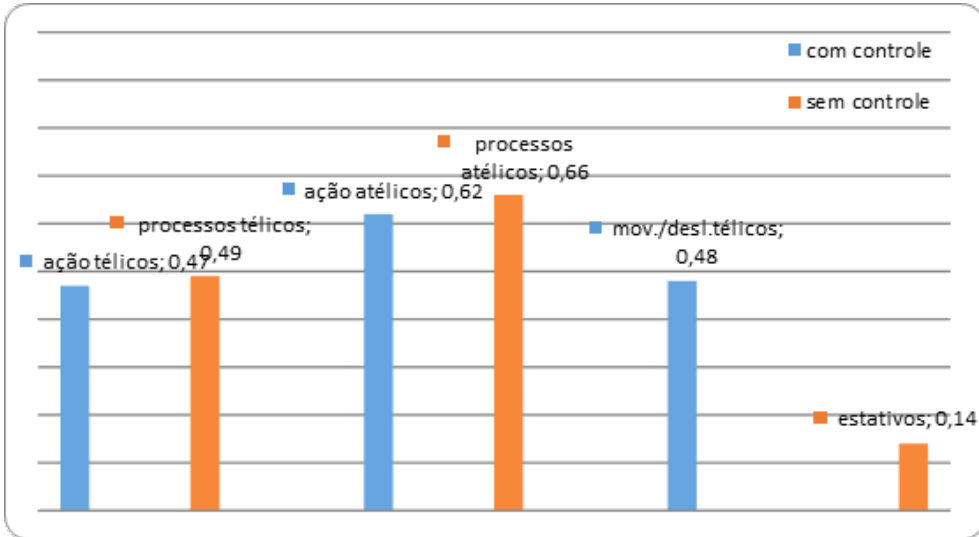
Os resultados da rodada geral de análise, incluindo os três aspectos semânticos possíveis na configuração do grupo, são os que seguem:

Tabela 05: Perífrase em relação ao ‘Tipo semântico do verbo principal’: rodada geral

Fatores	Ocorrências/	Percentuais	P.R.
Verbos de ação télicos (com controle)	202/221	91,4%	0.47
Verbos de ação atéllicos (com controle)	84/90	93,3%	0.62
Verbos de processo télicos (sem controle)	81/87	93,1%	0.49
Verbos de processo atéllicos (sem controle)	71/77	92,2%	0.66
Verbos de movimento/deslocamento télicos com controle	15/26	57,7%	0.48
Verbos estativos sem controle	30/36	83,3%	0.14

Para facilitar a visualização desses resultados, segue gráfico:

Gráfico 1: Rodada geral para o 'Tipo semântico do verbo principal'



A perífrase de futuro é favorecida pelos <Verbos de ação atélicos>, com peso relativo de 0.62, e pelos <Verbos de processo atélicos>, com peso relativo de 0.66. Favorecem ainda essa forma os <Verbos de movimento/deslocamento atélicos com controle>, já que houve um uso quase categórico com a perífrase (6/7), e os <Verbos estativos com controle>, pelo fato de ter havido uso categórico com a perífrase (5/5), embora com poucos dados nesses dois fatores.

Não obstante os <Verbos de ação télicos>, os <Verbos de processo télicos>, os <Verbos de movimento/deslocamento télicos com controle> têm peso relativo próximo da neutralidade, na escolha da perífrase para indicar a futuridad verbal (pesos de 0.47, 0.49 e 0.48, respectivamente), e os <Verbos estativos sem controle> se constituem num fator de grande desfavorecimento da forma perifrástica, com peso relativo de 0.14.

Considerações finais

A análise empreendida buscou entender a relação entre a escolha da expressão de futuridade verbal no município de Santo Antônio de Jesus-Ba, a propriedade acional <telicidade> e o <tipo semântico do verbo principal>. Inicialmente, ao se analisar apenas a <telicidade> do verbo principal, os resultados indicaram que os verbos téllicos não favorecem a perífrase, mas sim os atéllicos. Ao fazer um cruzamento com o parâmetro [controle], sem os dados de verbo IR pleno, fica claro o favorecimento da perífrase pelos verbos atéllicos, tanto os de ação quanto os de processo; ou seja, a propriedade acional <telicidade> se sobrepõe a esse parâmetro na seleção das formas de futuridade. Há que se explicar melhor, porém, o fato de os verbos estativos sem controle desfavorecerem enormemente a forma perifrástica e sua atelicidade.

○ estudo apresentado neste texto aponta a <telicidade> como a variável linguística que permite a seleção da forma de presente com valor de futuro, na comunidade de Santo Antônio de Jesus, independentemente da grande ocorrência do verbo ir pleno (que apresenta essa propriedade acional), embora a forma perifrástica seja a variante *default*, mais espreada e preferida pelos falantes.

Referências bibliográficas

ALVES, Thiago G. L. **A expressão de futuridade nos tipos de discurso do expor e do narrar a partir de textos de língua falada e escrita cearenses**. Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011. 262 f.

BASSO, Renato M. **Telicidade e detelicidade**: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual. Dissertação de mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 2007.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

GIBBON, Adriana de Oliveira. **A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis**: gramaticalização e variação. Dissertação de Mestrado. Florianópolis:

GÖRSKI, Edair M. et al. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002. p. 217-268.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos** [1972]. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Principles of linguistic change**: internal factors. vol 1. Oxford: Basil Blackwell, 1994

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.

MARTELOTTA, Mário E. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem)

MOLLICA, Maria C.; BRAGA, Maria L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Maria H. de M. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: EDUNESP, 2011.

OLIVEIRA, Josane. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. 2006. Tese (Doutorado em Letras). UFRJ: Rio de Janeiro, 2006. 256 f.

PERES, João A. Estrutura das situações e semântica temporal. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. **Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus**. Vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. p. 199-216.

POGGIO, Rosaura M. G. F. Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português. In: COSTA, Sônia B. B. & MACHADO FILHO, Américo V. L. (Orgs.) **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 175-192.

SANTOS, Eduardo Pereira. **A expressão da futuridade verbal em Santo Antônio de Jesus: uma análise variacionista**. Salvador: PPGEL/UNEB, 2012. (Dissertação de Mestrado)

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1975 [1916].

SILVA, Deijair F. da. **O futuro em Helvécia e em Cinzento: um estudo do uso das formas perifrásticas e simples no português rural afro-brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística). Salvador: UFBA, 2003. 141 f.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística** [1968]. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DISCURSO

PARTE B:

ESTUDOS LEXICAIS

4

CAPÍTULO

LÍNGUA, CULTURA, LÉXICO

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Faculdade de Letras/UFMG)

Adquirir uma linguagem significa fazer parte de uma comunidade de pessoas que participam de atividades comuns através do uso, se bem que nunca completo, de uma grande variedade de recursos comunicativos, compartilhados. Neste sentido, adquirir uma linguagem significa fazer parte de uma tradição, compartilhar uma história e, portanto, ter acesso a uma memória coletiva, repleta de histórias, alusões, opiniões, receitas e outras coisas que nos fazem humanos. Não adquirir uma linguagem, ou ter unicamente um conjunto muito limitado de seus recursos, significa ver-se privado desse acesso.¹⁶

¹⁶ "Adquirir un lenguaje significa formar parte de una comunidad de personas que participan en actividades comunes a través del uso, si bien nunca completo, de una gran variedad de recursos comunicativos compartidos. En este sentido, adquirir un lenguaje significa formar parte de una tradición, compartir una historia y, por tanto, tener acceso a una memoria colectiva, repleta de historias, alusiones, opiniones, recetas, y otras cosas que nos hacen humanos. No adquirir un lenguaje, o tener únicamente un conjunto muy limitado de sus recursos, significa verse privado de esse acceso." (DURANTI, 2000, p. 447- 448)

Introdução

A linguagem como prática compartilhada, pública e comunitária, é um tema que se destaca, principalmente quando se pensa na cultura como um texto, como um modo de ordenar os dados sensoriais da experiência através de conceitos e significados. Assim, transcendendo ao próprio ato da nomeação, palavras já criadas e empregadas em outras épocas, por outras pessoas, em contextos diferentes, seguem sendo relevantes, adequadas e usadas por toda uma comunidade, pois dotadas de um índice sociocultural peculiar, designam, classificam, indicam. Dentro desta perspectiva, o estudo da linguagem se apresenta como um recurso da cultura, um dos subcampos principais da antropologia, claramente assinalada por Hymes (1963, p. 277) como *“o estudo da fala e da linguagem dentro do contexto da antropologia”*.

Para Duranti (2000) o estudo da língua inserido no universo cultural se situa no amplo campo da antropologia porque examina a linguagem através do prisma dos interesses desta ciência, entre os quais estão: a transmissão e a reprodução da cultura, como também a sua relação com outras formas de organização social. Entretanto, para ele, isto não quer dizer que a antropologia linguística se situe sempre no molde de outros campos da antropologia, pois não se guia exclusivamente por esta ciência. Com isso, reformula uma antiga definição de Hymes (1964) quando este diz que o enfoque da antropologia linguística sempre inclui o singular problema da integração com o resto da antropologia. Na visão de Duranti (*op. cit.*), para os antropólogos linguísticos a linguagem é como um conjunto de práticas que desempenha um papel essencial na mediação de aspectos materiais e imaginários da existência humana e, em consequência, na criação de maneiras singulares de estar no mundo. Esta visão dinâmica da linguagem é o que dá à linguística antropológica seu especial lugar no campo das humanidades e das ciências sociais.

Sob a perspectiva de Lévi-Strauss (1963), toda cultura pode ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos, dentre os quais estão situados a linguagem, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião. Para ele, todos esses sistemas visam a expressar certos aspectos da realidade física e social e, mais ainda, as relações que os dois tipos de realidade mantêm um com o outro e, também, as relações que os sistemas simbólicos mantêm entre si.

1. Linguagem e cultura

Se a premissa da antropologia linguística é que se deve entender a linguagem como uma prática cultural, faz-se necessário para um estudo nessa área incluir a noção de cultura. Porém, essa não é uma tarefa fácil, pois tal conceito tem sido considerado, contemporaneamente, muito controverso e até mesmo criticado em relação a sua noção totalizadora. Para muitos cientistas sociais e, também, para alguns antropólogos, a noção de cultura vem se identificando

com um programa colonial de supremacia intelectual, militar e política por parte dos poderes ocidentais sobre o resto do mundo, que não pode se exercer sem assumir uma série de

enganosas dicotomias como “nós” e “eles”, “civilizado” e “primitivo”, “racional” e “irracional”, “educado” e “analfabeto”, etc. A “cultura” é o que os “outros” têm, o que eles fazem, e os mantém diferentes, separados de nós.¹⁷

Assim, tem-se evitado, na antropologia contemporânea, uma noção globalizadora de cultura. Em vez disso, Duranti (2000, p. 80) apresenta algumas “teorias da cultura” atuais em que a linguagem desempenha um papel importante “*porque conduz o mais completo sistema de classificação de experiências*”.

Destacam-se:

a) A cultura como algo distinto da natureza: ou seja, a cultura é aprendida, transmitida, herdada de geração a geração pelo homem, mediante a comunicação linguística, mas não está ligada a traços genéticos e sim sujeita a influências do ambiente em que se vive. Essa ideia de oposição entre cultura e natureza foi introduzida na antropologia americana por antropólogos de origem alemã como Franz Boas que, influenciado pela filosofia de Immanuel Kant e, também, por filósofos idealistas do século XIX, via na cultura a possibilidade da pessoa sair de uma visão individual, portanto limitada das coisas, para tomar o ponto de vista do outro.

Em antropologia, uma cultura são os modelos de conduta aprendida e compartilhada, característicos de uma determinada comunidade. Aprende-se cultura de parentes e de outros membros da comunidade, assim como de várias formas materiais como livros e programas de televisão. Não se nasce com uma cultura, mas com a habilidade de adquiri-la por meios tais como a observação, a imitação, o ensaio e o erro.¹⁸

¹⁷ “Con un programa colonial de supremacía intelectual, militar y política por parte de los poderes occidentales sobre el resto del mundo, que no puede ejercerse sin asumir una serie de engañosas dicotomías como ‘nosotros’ y ‘ellos’, ‘civilizado’ y ‘primitivo’, ‘racional’ e ‘irracional’, ‘educado’ y ‘analfabeto’, etc. La ‘cultura’ es lo que ‘otros’ tienen, lo que los hace y los mantiene diferentes, separados de nosotros.” (Duranti, 2000, p. 47)

¹⁸ Oswalt (1986, p. 25)

Como parte integrante da cultura, a linguagem serve para categorizar o mundo através de sistemas de classificação, taxonomias, que podem, por sua vez, ser portadores de inestimáveis indícios sobre crenças e práticas culturais.

b) A cultura como conhecimento: os membros de uma cultura devem compartilhar certos modelos de pensamento, maneiras de ver o mundo, de fazer inferências e suposições. Esse conhecimento é socialmente distribuído, o que significa reconhecer que o indivíduo não é sempre o ponto final nos processos de aquisição, isto é, o conhecimento não se encontra totalmente na mente de uma pessoa, pois reside, também, nas “ferramentas” que a pessoa utiliza. Além disso, nem todos têm acesso à mesma informação e se têm, nem sempre a utilizam.

Dentro do que se poderia chamar de perspectiva cognitiva da cultura, Ward Goodenough escreveu:

A cultura de uma sociedade consiste em tudo o que se deve conhecer ou crer, a fim de construir de uma maneira aceitável para seus membros, qualquer papel que eles aceitem para si mesmos. A cultura, entendida como aquilo que diferencia o que aprendemos de nossa herança cultural, deve consistir no produto final da aprendizagem, que é o conhecimento, em um sentido mais geral e relativo. Observa-se, segundo esta definição, que a cultura não é um fenômeno material; não trata das coisas, da gente, da conduta ou das emoções, mas de uma organização de todas elas. O que a pessoa guarda em sua cabeça são as formas das coisas, modelos para percebê-las, relacioná-las e, em todo caso, interpretá-las.¹⁹

¹⁹ Goodenough, *apud* Duranti (2000, p. 52-53): “La cultura de una sociedad consiste en todo lo que uno debe conocer o creer a fin de obrar de una manera aceptable para sus miembros, cualquier papel que ellos acepten para sí mismos. La cultura, entendida como aquello que diferencia lo que aprendemos de nuestra herencia cultural, debe consistir en el producto final del aprendizaje, que es el conocimiento, en un sentido más general y relativo. Obsérvese, según esta definición, que la cultura no es un fenómeno material; no trata de las cosas, la gente, la conducta o las emociones, sino de una organización de todas ellas. Lo que la gente guarda en su cabeza son las formas de las cosas, modelos para percibir las, relacionarlas y, en todo caso, interpretarlas.”

Os antropólogos linguísticos da década de 60 interessaram-se, também, pelos “sistemas terminológicos” como métodos de explorar o mundo cognitivo de um determinado grupo de pessoas:

Na medida em que o código cognitivo tende a ser linguístico e eficiente, o estudo das respostas linguísticas habituais – ou termos – obtidas proporciona um frutífero ponto de partida para configurar um sistema cognitivo, e com conduta verbal sabemos como começar.²⁰

Neste caso, entende-se que a linguagem é um grupo de proposições sobre o que o falante, como membro de uma sociedade ou comunidade linguística, sabe ou crê. Estas proposições, por sua vez, podem conectar-se com uma série mais ampla de regras de inferências como as seguintes:

John é o irmão do pai de Mary
O irmão do pai de X é o tio de X

John é o tio de Mary

Os antropólogos cognitivos se baseiam no conhecimento das categorias linguísticas e de suas relações para defender que fazer parte de uma cultura significa compartilhar (minimamente) o conhecimento proposicional e as normas de inferência necessárias para compreender se certas proposições são verdades (a partir de certas premissas).²¹

²⁰ Frake *apud* Duranti (2000, p. 54): “En la medida en que el código cognitivo tienda a ser lingüístico y eficiente; el estudio de las respuestas lingüísticas habituales – o términos – elicadas proporciona un fructífero punto de partida para configurar un sistema cognitivo, y con conducta verbal sabemos cómo empezar.”

²¹ Duranti (2000, p. 54): “John es el hermano del padre de Mary/ El hermano del padre de X es el tio de X/ _____/ John es el tio de Mary/ Los antropólogos cognitivos se basan en el conocimiento de las categorías lingüísticas y de sus relaciones para defender que formar parte de una cultura significa compartir (mínimamente) el conocimiento proposicional y las normas de inferencia necesarias para comprender si ciertas proposiciones son verdad (a partir de ciertas premissas).”

c) A cultura como comunicação: inspirada em trabalhos sobre a dêixis, a força comunicativa da cultura não representa, unicamente, aspectos da realidade, mas, também, conecta os indivíduos, os grupos, as situações e os objetos, com outros indivíduos, grupos, situações e objetos ou, em um sentido mais geral, com outros contextos. Segundo esta visão, o significado das mensagens, atos e situações se realiza não só por meio de relações convencionais entre os signos e seus conteúdos, mas também por meio de conexões entre aspectos selecionados da situação e aspectos de outras situações. A comunicação não é só o uso de símbolos que representam crenças, sentimentos, identidades, acontecimentos, mas também um modo de indicar, pressupor o projetar sobre o contexto presente em crenças, sentimentos, identidades ou acontecimentos. A isto se chama “significado indicial” dos signos. Segundo este tipo de significado, uma palavra não “representa” um objeto ou conceito, mas indica ou conecta com algo “do contexto” que “se pressupõe”, deduz-se.

d) A cultura como um sistema de mediação: segundo esta ideia os seres humanos se utilizam de “ferramentas” como objetos de mediação que se interpõem entre eles e o seu entorno. Um dos sistemas dessa mediação é a linguagem que, por sua vez é considerada um produto histórico e, portanto, deve ser entendida dentro do contexto do processo que a produz.

SER HUMANO _____ FERRAMENTA _____ ENTORNO

e) A cultura como um sistema de práticas: não se pode estudar uma língua sem considerar as condições sociais que permitem sua existência, pois ela é um conjunto de práticas não só individuais, mas, também, comunitárias.

Nessa teoria são destacadas por Bourdieu (1991) a relação entre conhecimento e ação no mundo e, ainda, as condições de presente e passado, assim como a noção de *habitus*:

História incorporada, naturalizada e, por isso, esquecida como tal história, o “habitus” é a presença ativa de todo o passado do qual é produto: é o que proporciona às práticas sua “independência relativa” em relação às determinações exteriores do presente imediato.²²

²² Bourdieu (1991, p. 98): “Historia incorporada, naturalizada y, por ello, olvidada como tal historia, el ‘habitus’ es la presencia activa de todo el pasado del que es producto: es lo que proporciona a las prácticas su ‘independencia relativa’ en relación a las determinaciones exteriores del presente inmediato.”

f) A cultura como um sistema de participação: segundo esta teoria, a cultura é inerentemente social, coletiva, participativa e a comunicação linguística é vista como parte de uma rede de recursos semióticos sobre os quais discorre a nossa vida, vinculando-nos às histórias sociais concretas e a suas instituições.

Se partimos da noção de participação, é mais fácil admitir a variação, já que podemos manter um sentido das diferentes partes implicadas ao mesmo tempo que constatamos o fato de que pertencem socialmente a uma unidade maior.²³

De acordo com Duranti (2000) cada uma das teorias acima põe em relevo um aspecto específico dos sistemas linguísticos, contribuindo com a nossa compreensão da cultura como um fenômeno complexo. Nesse sentido, cada teoria supõe um plano de investigação próprio, mas todas elas juntas formam um amplo suporte para o estudo da cultura e para a análise da língua como ferramenta social e conceitual, uma vez produto e instrumento dessa cultura:

Uma língua é mais que um conjunto de categorias fonológicas, morfológicas, sintáticas ou léxicas e uma série de regras para seu uso. Uma língua existe no contexto de práticas culturais que, por sua vez, descansam em alguns recursos semióticos, como as representações e expectativas que proporcionam aos corpos e movimentos dos participantes no espaço, o entorno construído em que inter-atuam, e as relações dinâmicas que se estabelecem por meio da recorrência na atividade conjunta que realizam.²⁴

²³ Duranti (2000, p. 77): "Si partimos de la noción de participación, es más fácil admitir la variación, ya que podemos mantener un sentido de las diferentes partes implicadas al mismo tiempo que constatamos el hecho de que pertenecen socialmente a una unidad mayor."

²⁴ Duranti (2000, p.104): "Una lengua es más que un conjunto de categorías fonológicas, morfológicas, sintáticas o léxicas y una serie de reglas para su uso. Una lengua existe en el contexto de prácticas culturales que, a su vez, descansan en algunos recursos semióticos, como las representaciones y expectativas que proporcionan los cuerpos y movimientos de los participantes en el espacio, el entorno construido en el que interactúan, y las relaciones dinámicas que se establecen por medio de la recurrencia en la actividad conjunta que realizan."

2. Léxico e cultura

Partindo-se do princípio de que a língua se evidencia como parte da cultura de uma sociedade e que é através do sistema linguístico, mais especificamente do seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, faz-se, pois, necessário estudar a língua inserida na cultura.

Foi o antropólogo Edward Sapir (1967) quem, além de introduzir o estudo da linguagem entre os materiais antropológicos, começou também a mostrar que um estudo antropológico da língua (a língua como objeto de pesquisa inscrevendo-se na cultura) conduzia a um estudo linguístico da cultura (a língua como modelo de conhecimento da cultura).²⁵

Considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como *signos operacionais*, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de *crystalizar* conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, *mots-témoins*.²⁶

2.1 Léxico

Durante a segunda metade do século XIX, os linguistas, sob a influência das grandes correntes românicas, se interessaram, sobretudo, pela história das línguas. Eles procuravam determinar as linhas de parentesco entre as diferentes línguas e, também, explicar as mudanças intervindas durante a

²⁵ Laplantine (2000, p.18)

²⁶ Matoré (1953, p.16)

história de cada uma delas em particular. A história das palavras consistia, antes de tudo, na investigação de unidades isoladas.

Nessa época, a Linguística Histórica se concentrava, principalmente, em torno da evolução das formas comparadas (fonética e morfológica). Havia a impressão, enquanto se utilizavam do *Método Histórico-Comparativo*, de

que a palavra era só perfeitamente conhecida quando se tornava passível da aplicação de leis de evolução formal. Porém, pouco a pouco, as considerações sobre a evolução do sentido e sobre o conteúdo das unidades do léxico também foram se integrando à linguística histórica, levando ao surgimento de uma "semântica", palavra criada um pouco mais tarde por Bréal (1832-1915). Esta primeira semântica histórica ou semântica evolutiva reduziu a lexicologia, durante muitos anos, a ser somente o estudo de um "vasto catálogo" de itens lexicais.

Ainda em fins do século XIX, o linguista Schuchardt²⁷, opondo-se às leis fonéticas tal como eram concebidas pelos neogramáticos, passou a dedicar os seus estudos ao "significado", à pesquisa das "palavras" juntamente com as "coisas", argumentando que se *"conhecermos bem as coisas (que formas têm, como se utilizam, como foram produzidas, etc.), conseguiremos com maior facilidade e segurança descobrir a origem das palavras."*²⁸ Surgia, deste modo, o método *Palavras e Coisas*.²⁹ De acordo com este método, *"uma peça de vestuário, um instrumento agrícola etc., importado por uma comunidade humana, que o desconhecia, vem do país de origem com a sua denominação nativa. Assim, o povo que a recebe enriquece simultaneamente a sua língua e a sua cultura material."* Natural seria, pois, investigar ambos os domínios, isto é, as palavras e as coisas que elas designam. *"Proceder deste modo significa tomar em consideração a realidade e não separar duas facetas da vida humana que estão estreitamente ligadas."*³⁰

Ao método *Palavras e Coisas* está estreitamente ligada a Onomasiologia, ciência que estuda as diversas denominações de um objeto, animal, planta, conceito, etc., num só território linguístico ou em vários.

²⁷ Romanischen Etymologien, 1899

²⁸ *Apud* Jordan (1982, p. 89-90)

²⁹ Wörter und Sachen

³⁰ *Apud* Jordan (1982:101)

Como o primeiro, ela põe em destaque o aspecto semântico da palavra, e não a fonética. Além disso, esforça-se por descobrir as forças criativas na língua, enquanto enfoca o seu aspecto psicológico e, principalmente, o seu lado cultural.

A *Onomasiologia*, inicialmente, era praticada com a ajuda de dicionários, vocabulários dialetais e textos. Posteriormente, recebeu um poderoso impulso, graças aos atlas linguísticos que, por sua vez, não são outra coisa senão uma coleção de mapas onomasiológicos. Estes estudos onomasiológicos, ou monografias sobre as palavras, podem priorizar tanto o aspecto diacrônico quanto o sincrônico, focalizando o objeto de estudo mais linguisticamente com etimologias e reconstruções, ou mais descritivamente. Ainda que privilegiando diversos tipos de enfoques, essas áreas, detentoras de uma longa tradição na Linguística Românica, sempre relacionaram o léxico à cultura, não importando quão várias sejam as perspectivas teóricas adotadas pelos pesquisadores.

A linguística moderna, tendo como precursor Ferdinand de Saussure (1857-1913), não rompeu totalmente com a tradição comparatista e histórica, mas introduziu com o *estruturalismo* a concepção de que a língua deve ser considerada como um sistema, uma estrutura, quer dizer, um conjunto organizado onde cada elemento possui seu valor, relacionando-se, por sua vez, com outros elementos. A partir daí, um grande número de linguistas passou a ter o hábito de representar o léxico como o conjunto de “pedras irregulares de um mosaico” ou como o conjunto de “malhas mais ou menos fechadas de uma rede”³¹. Isso significa que no conjunto do léxico se descrevem subconjuntos organizados, de microssistemas lexicais, em que os elementos possuem um denominador comum. Esses microssistemas lexicais são habitualmente chamados “campos semânticos”:

Os “campos semânticos” podem ser definidos como a associação de um conjunto de termos do léxico (campo lexical) a uma noção particular (campo nocional). Por exemplo, o campo semântico dos sentimentos corresponderá ao campo nocional “sentimento” – o campo lexical compreende as palavras “amor, ódio, indignação, adoração, admiração, desprezo, piedade”. Esta maneira de interpretar as coisas implica que não se pode verdadeiramente conhecer uma palavra sem a situar, com

³¹ Niklas-Salminen (1997, p. 40): “‘pierres irrégulières d’une mosaïque’ [...] ‘mailles plus ou moins serrés d’un fillet’”.

ajuda de substituições, na totalidade do léxico. Definir um termo como a união de um certo som com um certo conceito seria o isolar do sistema ao qual ele pertence. Como efeito, a palavra isolada recebe sua significação somente em conjunto das oposições que sustenta com todos os outros constituintes do campo.³²

A esta análise do léxico realizada por estudiosos do vocabulário e da semântica, destaca-se o trabalho de Duchácek em um estudo denominado “O campo conceitual da beleza em francês moderno”, no qual propõe o seguinte esquema para “campos linguísticos”:³³



Fig. 1: Campos linguísticos de Duchácek

Apesar de inovador, este modelo foi muito discutido pelos teóricos da lexicologia que não viam nele operacionalidade, já que trabalhava com um número muito grande de unidades funcionais.

O *estruturalismo* representou mais do que uma simples fusão às tradições teóricas da lexicologia. Depois de Saussure, os estudiosos do léxico

³² Niklas-Salminen (1997, p. 40): “Les ‘champs sémantiques’ peuvent être définis comme l’association d’un ensemble de termes du lexique (champ lexical) à une notion particulière (champ notionnel). Par exemple, le champ sémantique des sentiments fera correspondre au champ notionnel ‘sentiment’ le champ lexical comprenant les mots ‘amour, haine, indignation, adoration, admiration, mépris, pitié’. Cette façon d’interpréter les choses implique que l’on ne peut pas vraiment connaître un mot sans le situer, à l’aide de structures de relais, dans la totalité du lexique. Définir un terme comme l’union d’un certain son avec un certain concept serait l’isoler du système auquel il appartient. En effet, le mot isolé acquiert sa signification seulement par l’ensemble des oppositions qu’il soutient avec tous les autres constituants du champ.”

³³ Apud Biderman (1981, p. 132): “Le champ conceptuel de la beauté en français moderne”

passaram a procurar o significado da língua não em elementos individuais, mas nas estruturas linguísticas que organizam signos em sistemas, dando início à Escola Linguística Sociológica. O relacionamento entre os elementos e não só os próprios elementos tornou-se o tema essencial da linguística, fornecendo um meio de análise altamente produtivo para o léxico em que combinavam linguagem-cultura-sociedade.

Orientada neste sentido estruturalista, a *Onomasiologia* dá início ao estudo dos “campos linguísticos”, por Jost Trier (apud BIDERMAN, 1981, p. 133)³⁴. Segundo este linguista, nenhuma palavra vive em estado de isolamento na consciência dos falantes, antes está rodeada de toda uma série de expressões ligadas por significado, originando um “campo de palavras” mais ou menos fechado. A partir de Trier, os estudos onomasiológicos passam, também, a ser praticados com uma combinação de diacronia e sincronia:

Na base deste método são estudadas de modo sincrônico em certo período de tempo as palavras de um campo conceitual determinado, como, por exemplo, no início do século XIII, as palavras alemãs que pertencem ao círculo conceitual do entendimento, como “sabedoria”(wîsheit), “arte”(kunst) e “astúcia” (list). Como o mesmo “campo linguístico” é estudado em diversas épocas porque são feitos diversos cortes horizontais, a sincronia se torna diacronia, o trabalho se faz comparativo e, desta maneira, como consequência do confronto de cortes sincrônicos sucessivos as mudanças linguísticas e estruturais do léxico de uma época para outra são tomadas em consideração.³⁵

Nos anos 50 do século XX, partindo da lexicologia estruturalista, surge a *Lexicologia Social*, de Georges Matoré, que propunha considerar a palavra não como um objeto isolado, mas como parte de uma estrutura social:

não estando isolada, a palavra não pode dissociar-se em nenhum caso do grupo a que pertence. As palavras no interior do grupo não têm todas o mesmo valor: constituem uma

³⁴ Der Deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes, Heidelberg, 1931 (apud BIDERMAN, 1981, p. 133).

³⁵ Vidos (1996, p. 76)

estrutura hierarquizada. Esta estrutura é móvel; os movimentos a que obedecem as palavras e os grupos de palavras têm uma maneira correlativa: um vocabulário é um todo como a época que ele representa.³⁶

Para Matoré, o léxico é uma testemunha de uma sociedade, de uma época – “mots-témoins”. É, portanto, um fato social – fora da sociedade a linguagem não encontra expressão – por isso, ela não pode ser estudada senão em conexão com outros fenômenos sociais.

Entre os modelos propostos para a análise da estruturação do significado, um dos mais aplicados pela lexicologia, a partir da segunda metade do século XX, foi o estudo de Kurt Baldinger sobre a teoria dos campos semasiológico e onomasiológico. Para Baldinger, no campo onomasiológico encontram-se todos os significantes (designações, nomes) e no campo semasiológico, todos os significados:³⁷

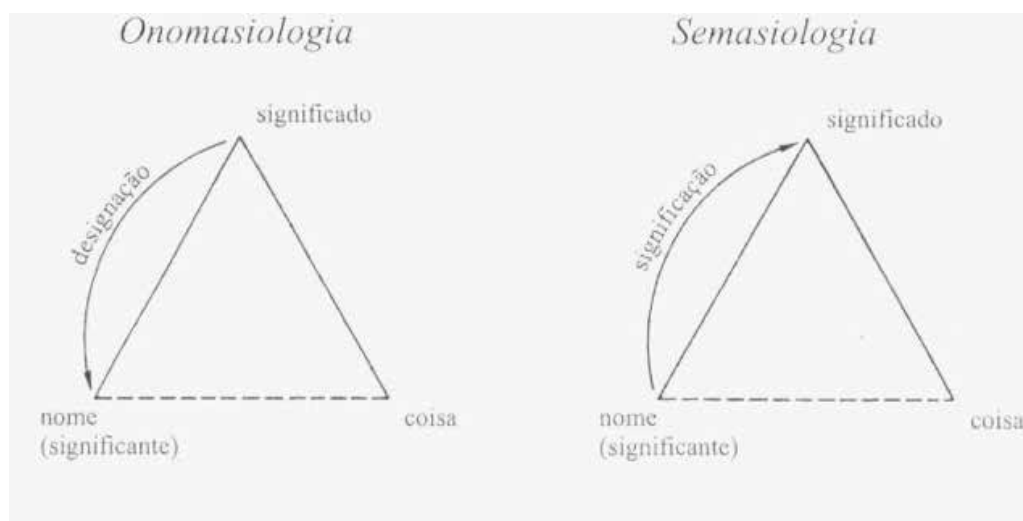


Fig. 2: Triângulo de Baldinger I

Deste modo, a *Onomasiologia* e a *Semasiologia* ao mesmo tempo em que se opõem, complementam-se, constituindo uma boa metodologia para o estudo da forma como se estrutura o Léxico:

³⁶ Matoré (1953, p. 62)

³⁷ Biderman (2001, p. 199-200)

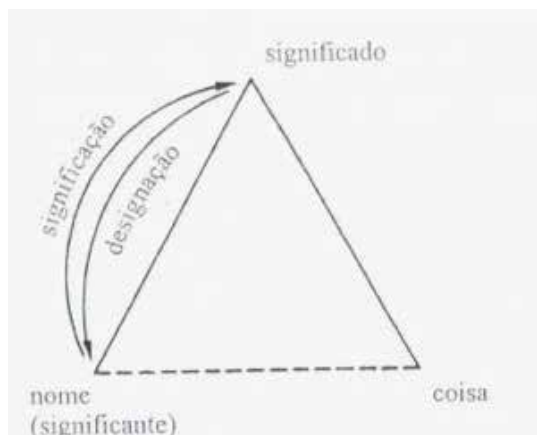


Fig. 3: Triângulo de Baldinger II

Considerações finais

Como portadoras de significado, as unidades lexicais refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade, enquanto recortam o universo em categorias que variam exprimindo visões particulares de mundo. Desse modo, como reflete a multiplicidade do real, constitui a reserva onde as pessoas dispõem as palavras ao ritmo de suas necessidades. Por isso, ao invés de se constituir um sistema de sentido restrito, forma um conjunto aberto e não autônomo o que faz com que não se possa lhe dar uma descrição sistemática ou simples, mas somente descrições complementares, segundo o ponto de vista adotado pelo estudioso. Assim, definir o léxico seria talvez mostrar sua complexidade e sua heterogeneidade já que *“designa convencionalmente o conjunto de palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si”*³⁸, através de intersecções – condição básica para que haja comunicação, como ilustra Biderman³⁹:

³⁸ “désigne conventionnellement l’ensemble des mots au moyen desquels les membres d’une communauté linguistique communiquent entre eux.” Niklas-Salminen (1997, p. 13)

³⁹ Biderman (2001, p. 180)

Vamos chamar de L o Léxico de uma língua qualquer. É certo que cada indivíduo, membro da comunidade que fala essa língua, domina apenas uma parcela pequena do Léxico global. Vamos chamar de I1 o Léxico total desse sujeito. Um outro indivíduo dominaria um repertório I2, que coincidirá parcialmente com I1; um terceiro indivíduo disporá de um repertório léxico I3, e assim por diante. Onde:

$$L = I_1 + I_2 + I_3 + \dots = I_n$$

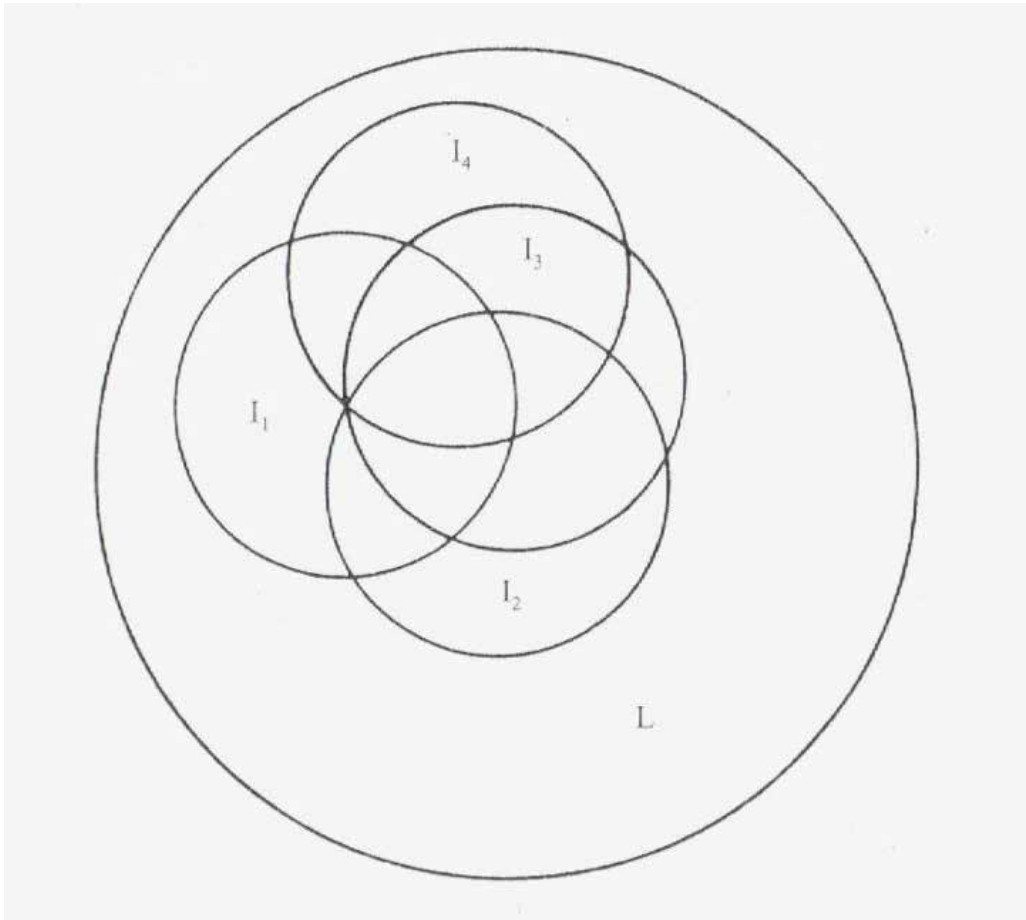


Fig. 4: Estruturação do Léxico

Contemporaneamente, com o desenvolvimento da Antropologia Linguística, especialistas em Lexicologia têm procurado adotar, ao definirem o léxico, enunciações como a que se segue, em que se veem retratadas a língua, a cultura e a sociedade:

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura.⁴⁰

⁴⁰ (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 07)

Referências Bibliográficas:

BIDERMAN, M.T.C. A Estrutura Mental do Léxico. In: **Estudos de Filologia e Linguística**. São Paulo: EDUSP, 1981.

BIDERMAN, M.T.C. **Teoria Linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus, 1991.

DURANTI, Alessandro. **Antropología Linguística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

HYMES, Dell. Objectives and concepts of Linguistic Anthropology. In: D.G. MANDELBAUM, G. W. Lasker y E. M. ALBERT (eds). **The Teaching of Anthropology**. American Anthropological Association, Memoir 94, 1963, p. 275-302.

HYMES, Dell. **Language in Culture and Society**: a reader in linguistics and anthropology. New York: Harper and Row, 1964.

IORDAN, Iorgu. **Introdução à Linguística Românica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Structural Anthropology**. Nova York: Basic Books, 1963.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MATORÉ, G. **La méthode en lexicologie**. Domaine français. Paris: Didier, 1953.

NIKLAS-SALMINEN, Aïno. **La lexicologie**. Paris: Armand Colin, 1997.

OGDEN, C. K. & RICHARDS, I.A. **The Meaning of Meaning**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, A. M. P. P., ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 1998.

OSWALT, Wendell H. **Life Cycles and Lifeways, an Introduction to Cultural Anthropology.** Palo Alto (Califórnia): Mayfield, 1986.

VIDOS, B.E. **Manual de Linguística Românica.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

5

CAPÍTULO

ALLAN KARDEC E O LÉXICO DA DOCTRINA ESPÍRITA

Celina Márcia de Souza Abbade* (Universidade do Estado da Bahia)

*Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia

Introdução

Doutrina espiritualista cristã, o Espiritismo abrange os campos da filosofia, ciência e religião. Seus princípios mesclam o cristianismo a partir da caridade de Jesus Cristo, o budismo com o dogma das reencarnações, o darwinismo com a teoria evolucionista das espécies e com outras crenças da época que geraram diversas filosofias.

Nascido em meio ao florescimento das ciências experimentais do século XIX, o *Espiritismo* surge já em contradição ao tradicionalismo religioso da época que era contrário às manifestações científicas fora de seu cânone.

O termo *Espiritismo* ficou conhecido a partir da publicação consecutiva de cinco obras iniciadas em 1857 por seu codificador, Allan

Kardec, pseudônimo utilizado pelo pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivaill.

O esforço de Allan Kardec para dar um caráter particular e distinto das correntes espiritualistas do século XIX, ao expor as novas ideias designadas por ele mesmo de *espíritas*, levou o mesmo a preocupar-se com a sua terminologia e criar palavras visando tornar mais claro o que estava sendo apresentado. Isso levou inclusive ao nome da doutrina, *Espiritismo*, criado para se opor a palavra já existente Espiritualismo, ainda que o *Espiritismo* seja mais uma doutrina espiritualista: Espiritismo designa exclusivamente os princípios codificados por Allan Kardec para mais uma doutrina espiritualista, cuja crença maior é a de que exista algo além da matéria.

Nascido em Lyon, na França, a 03 de outubro de 1804, o autor não utilizou o seu nome ilustre e conhecido de pedagogo e cientista à época, mas um nome obscuro que teria sido, segundo os espíritos, seu nome em uma de suas encarnações passadas entre os druidas, encarnação em que se preparava ativamente para a missão espírita: Allan Kardec. Assim, o nome obscuro acabou por suplantar o nome ilustre. Essas obras foram publicadas em uma época de grandes transformações sociais, filosóficas, políticas e linguísticas, período do surgimento das ciências e dos novos estudos sobre a mente humana.

O Livro dos Espíritos foi o primeiro livro que deu origem a codificação dessa doutrina que se diz ciência, filosofia e religião. Esse livro foi lançado no dia 18 de abril de 1857 em Paris por Allan Kardec. As demais obras foram publicadas entre um intervalo de dois a três anos de uma para outra como em uma sequência de informações. Alguns estudos afirmam que essas cinco obras foram preparadas para serem publicadas em um único livro dividido apenas por capítulos, mas não foi isso que ocorreu.

Buscando provar a relação e existência entre o mundo físico e o espiritual, as obras de Kardec teriam sido escritas por ordem e sob o ditado de espíritos superiores. Portanto, ao autor, nada mais coube do que a realização da codificação dessas obras.

Assim, foram-se delineando os termos que compõem a doutrina, pois, como o próprio Kardec inicia sua obra: "Para as coisas novas necessita-se de palavras novas, assim o que quer a clareza da linguagem para evitar confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos vocábulos." (KARDEC, 2009[1857]- p.7).

Pretende-se aqui demonstrar a necessidade de organização de uma Terminologia Espírita a partir do levantamento dos termos criados pelos

espíritos que guiaram Allan Kardec com o intuito de explicar fenômenos ou coisas já existentes e ainda não nomeados ou até mesmo nomeados, mas com outras significações, gerando ambiguidades de interpretação, nas cinco obras que iniciaram a codificação espírita: *O Livro dos Espíritos* (1857), *O Livro dos Médiuns* (1859), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1863), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868). Termos estes que deram ao Espiritismo uma terminologia específica que, até então, não se tem conhecimento de sua compilação em uma única obra.

1. O surgimento da doutrina espírita

No dia trinta e um de março de 1848, em Hydesville, vilarejo situado próximo da cidade de Rochester, rio condado de Wayne, no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, uma família de tradição metodista, começou a ouvir pancadas em sua casa. Tratava-se da família Fox, uma família protestante composta de: John Fox, sua esposa Margareth e as filhas menores Margareth e Catherine (Kate Fox). As filhas do casal possuíam o que hoje chamamos de mediunidade de efeitos físicos, ou seja, elas conseguiam se comunicar com os espíritos dos mortos e fazerem barulhos a partir da influência desses espíritos. Assim a História registra o início do Espiritismo nos povos de língua inglesa, conhecido inicialmente como o Novo Espiritualismo.

Em 1850, já na Europa, os salões de Paris começaram a servir de diversão aos seus frequentadores com episódios de fenômenos sobrenaturais: mesas começavam a girar sem que houvesse explicações para esse movimento. Juntamente à grande reforma parisiense que a partir de 1850 começava a ganhar ares cosmopolitas com ruas e avenidas largas, novos parques e tempo de revolução industrial e descobertas científicas, o homem que se sentia capaz de explicar e interferir nos fenômenos ao seu redor, se deparou com as “mesas girantes” que não tinham explicações científicas. E, apesar de toda a modernidade, eram frequentes as reuniões em salões culturais ou mansões da alta sociedade para fazer as mesas girarem apenas com a concentração dos frequentadores. Nobres, intelectuais e poetas, dentre eles Victor Hugo, frequentador assíduo, enchiam os salões em torno de uma mesa vazia, esperando-a girar.

O fenômeno das mesas girantes a cada dia se tornava mais sensação nas diversas partes do planeta: América do Norte, em toda a Europa, mas

principalmente em Paris. Foi nesse período que o professor Hippolyte Léon Denizard Rivail que, mesmo vivendo em Paris, ainda não tinha ouvido falar nos prodígios das mesas, começa a se dar conta desses fenômenos. Respeitado nos círculos educacionais e científicos, possuidor de conhecimentos em diversas áreas do saber humano, autor de livros e tratados que versavam desde gramática à aritmética, o discípulo do pedagogo Pestalozzi que era um grande magnetizador, estudioso e praticante das técnicas desenvolvidas por Mesmer para a cura através dos fluidos magnéticos, começa a se interessar pelas mesas girantes.

Foi assim que um grande amigo seu, o Sr. Fortier, o convidou para ir a uma sessão de magnetismo na casa do Sr. Roger, onde seria magnetizada a Sra. Roger, que apesar de sonâmbula era lúcida e nos momentos de transe era capaz de fazer diagnósticos precisos das mais diversas enfermidades.

Em uma tarde de dezembro de 1854, antes de a sessão começar, a conversa acerca do fenômeno das mesas girantes, levou o professor Hyppolite e o Sr. Fortier a deduzirem que as causas dos movimentos das mesas poderiam ser o próprio fluido magnético dos presentes. Porém, na semana seguinte, ocorreu novo encontro na residência do Sr. Roger. O Sr. Fortier informou então que as mesas não só giravam como também respondiam às perguntas dos consulentes. Ainda assim, o professor Rivail não se deixou impressionar, sendo cético e necessitando de suas próprias experiências para crer no fenômeno: era o posicionamento do cientista que não se deixava impressionar pelo que ouvia.

Semanas depois, mais precisamente em janeiro de 1855, outro amigo, o Sr. Carlotti informou ao professor Rivail que o movimento das mesas girantes se dava por espíritos mortos, ou, no seu dizer, "almas dos defuntos". Mais uma vez o professor duvidou do que ouvira.

E no dia primeiro de maio de 1855, uma terça-feira às vinte horas, na casa da família Roger, o Prof. Rivail em companhia do Sr. Fortier, o magnetizador da sonâmbula, a Sra. Roger, presencia a primeira manifestação espiritual. Lá se encontrava também o Sr. Pâtier, um funcionário público, já idoso e muito instruído que o havia convidado a assistir às experiências que se realizavam na casa da Sra. Plainemaison, à rua Grange-Batelière, 18. E também a Sra. Plainemaison. O Professor Rivail presenciou o fenômeno das mesas que giravam, saltavam e corriam, em tais condições que não deixavam margem para qualquer dúvida. Esse fato levou o professor a estudar a fundo o fenômeno.

Em uma das reuniões na casa da Sra. Plainemaison, o professor Rivail conheceu a família Baudin e foi convidado para assistir às sessões

que se realizavam em sua casa. A partir daí, Rivail tornou-se frequentador assíduo presenciando as filhas do casal, Caroline de dezesseis anos e sua irmã Julie, de catorze anos, realizando comunicações contínuas e respostas a perguntas formuladas, que de modo evidente revelavam a intervenção de uma inteligência estranha.

A partir daí, o professor Rivail se utiliza do método experimental, característico da época, para entender os fenômenos presenciados. Assim, em primeiro de janeiro de 1856 as reuniões tomaram um novo rumo na residência da família Baudin. O início dos trabalhos passou a ser feito com uma prece e espíritos superiores compareciam às sessões respondendo às perguntas formuladas por Rivail que tratavam de assuntos profundos sobre todas as áreas do saber humano.

Em março de 1856, a jovem Caroline manifesta o seu guia espiritual: o Espírito Verdade. No mês seguinte, outra *médium*⁴¹, Ruth Celine Japhet, recebe uma comunicação do Espírito Verdade, dizendo ao professor de sua grande missão, a qual foi confirmada pelo mesmo espírito em junho de 1856, na casa do Sr. Carlotti, através de outra jovem *médium*, Aline Carlotti.

E assim deu-se início aos trabalhos da codificação espírita com a primeira publicação e cujos primeiros exemplares saíram da Tipografia de Beau, em Saint-Germain-en-Laye, cidade vizinha a Paris no dia dezoito de abril de 1857: *O Livro dos Espíritos*, organizado em cerca de 20 meses pelo professor Rivail, que coordenou longas reuniões com médiuns, fazendo perguntas a eles e colhendo respostas que acreditava vir dos espíritos. Dos vários médiuns que contribuíram para o livro, três jovens se destacaram: Julie e Caroline Baudin, de quinze e dezoito anos, respectivamente, e Ruth Celine Japhet, de vinte.

Organizando as respostas para 501 perguntas sobre o Universo, Kardec criou a doutrina e visão de mundo do Espiritismo, indo muito além de uma diversão da burguesia parisiense. Essa primeira edição com apenas 176 páginas e 501 questões, foi comercializado pela livraria Dentu, localizada na galeria d'Orléans, no Palais Royal, em Paris. No dia dez de março de 1860, surge a segunda e definitiva edição, amplamente revista e ampliada e já com o concurso de outra médium, Ermance Dufaux, com 1018 questões.

Para evitar que sua autoridade e fama de autor prevalecessem na obra, o professor Hyppolite Rivail optou por adotar um pseudônimo. Assim, em combinação com os espíritos, decidiu adotar o nome que tivera em outra vida, como *druída*, nas Gálias: Allan Kardec. Também optou por suprimir o

⁴¹ Indivíduo que serve de mediador da comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos.

nome dos mais de dez médiuns que prestaram seu concurso à obra, evitando assim que fossem alvo de críticas e perseguições, como aconteceram às jovens da família Fox, nos Estados Unidos. Quanto ao título do livro, uma vez que não se considerava autor e sim um organizador, deu o nome de *O Livro dos Espíritos*. Estava criado assim o primeiro livro e, com ele, uma nova religião para os homens.

2. O corpus de base: os livros da codificação espírita

Primeiro de uma série de cinco livros⁴² editados pelo pedagogo sobre o mesmo tema, surge *O Livro dos Espíritos*, publicado em uma época de grandes transformações sociais, filosóficas, políticas e linguísticas, período do surgimento das ciências e de novos estudos sobre a mente humana.

Organizado sobre a forma de perguntas e respostas, a obra contém em sua primeira edição de 1857, 501 perguntas seguidas das respostas. Em 1860, uma segunda edição é publicada revista e aumentada, contendo a parte suplementar que fora anunciada na primeira edição com as questões que não foram organizadas na primeira. Nesta edição as questões passam de 501 para 1018 e é considerada pelo próprio autor como uma obra nova. Desde a 1ª questão: "Quem é Deus?" à 1018ª "Jamais o reino do bem poderá ter lugar sobre a Terra?", as respostas são dadas pelos espíritos supracitados através da escrita através de um médium denominada psicografia indireta.⁴³

Inicialmente duas irmãs, jovens *médiuns*, Caroline e Julie Boudin, ambas dezesseis e catorze anos, respectivamente, iniciaram o trabalho de psicografia indireta a partir de cestinhas-de-bico⁴⁴. Mais tarde, pelo mesmo

⁴² 1857: *O Livro dos Espíritos*; 1861- *O Livro dos Médiuns*; 1864- *O Evangelho segundo o Espiritismo*; 1865- *O Céu e o Inferno*; 1867- *A Gênese*.

⁴³ Ocorre quando o lápis é adaptado a um objeto qualquer que serve, de certo modo, de apêndice à mão, como uma cesta, uma prancheta, etc., diferente da psicografia direta mais utilizada atualmente em que o próprio médium escreve segurando o lápis ou objeto escrevente.

⁴⁴ Espécie de cestinha escrevente em o médium transcrevia pela escrita a comunicação dos espíritos. Enfiava-se um lápis através do fundo de uma cestinha e o firmava bem, com a ponta de fora e voltada para baixo, a mantendo em equilíbrio sobre a ponta, numa folha de papel, pondo os dedos na borda

processo, outra jovem, Ruth Celine Japet de dezoito anos realizou o processo mediúnico para a revisão do livro. Outros *médiuns* foram posteriormente consultados passando de dez o número dos mesmos, cujos textos psicografados contribuíram para a estruturação d' *O Livro dos Espíritos*. Enfim, as perguntas foram respondidas, mas passaram por revisões de outros espíritos no intuito de confirmar a veracidade das respostas.

Até o desencarne de Allan Kardec, *O Livro dos Espíritos* já estava em sua 16ª edição. Pelo menos entre a primeira e segunda edição, tudo indica que houve ao menos a intenção de publicar uma nova edição. Isso se deve ao fato de, ao final da primeira edição, Kardec ter publicado um sumário dos capítulos d' *O Livro dos Espíritos* que não corresponde a nenhuma das duas edições. Ela é considerada uma *edição perdida* e teria sido publicada pela mesma editora da primeira edição, a Dentu. Atualmente, o livro passa de 200 edições publicadas nas mais diversas línguas em diferentes lugares do nosso planeta.

Segundo Adenauer:

O Livro dos Espíritos foi, dentre os livros espíritas editados, o primeiro cujo conteúdo trouxe a síntese do conhecimento espírita... Não é obra de um ser humano, mas de vários espíritos desencarnados que inauguraram uma nova era da humanidade, a Era do Espírito. (NOVAES, 2003)

Quanto aos originais da obra de Kardec, até então não se tem conhecimento de onde foram parar. Mesmo querendo criar uma sociedade impessoal para as obras por ele codificada, Kardec morreu antes de concretizar sua proposta. Assim, as obras que deveriam fazer parte do Espiritismo, tornaram-se herança familiar e após a sua morte ficaram com sua esposa, Amelie Boudet. Posteriormente, os originais foram entregues a Pierre-Gaëtan Leymarie, sócio e um dos maiores seguidores de Kardec que após sua morte, manteve-se em atividade defendendo o Espiritismo por trinta anos. Graças a ele, as obras de Kardec foram traduzidas e divulgadas para diversos lugares do mundo.

De tudo que recebeu das mãos da esposa de Kardec, Leymarie publicou: uma parte na *Revue Espirite*, periódico dirigido por Kardec até o

da cesta para ela se movimentar e o lápis escrever. Atualmente a comunicação com os espíritos se dá pela psicografia direta, ou seja, pelo próprio punho do médium.

seu falecimento, cuja função era a divulgação da doutrina espírita, lançado por Allan Kardec com recursos próprios, em primeiro de janeiro de 1858 na cidade de Paris; outra parte transferida para os livros da Codificação Espírita; outra utilizada em *Obras Póstumas* que traz uma biografia de Kardec publicada originalmente na *Revue Spirite*, assim como o discurso proferido pelo astrônomo Camille Flammarion no sepultamento de Kardec. Dividida em duas partes, contém diversos artigos escritos por Kardec que não haviam sido publicados, e ainda transcrições de várias comunicações mediúnicas ocorridas em reuniões em que Kardec participou; a outra parte não se sabe ao certo, mas é possível que tenham vindo para o Brasil, onde Leymarie esteve exilado em 1851.

Desde essa época, não se sabe ao certo o destino dos documentos que teriam vindo para o Brasil: poderiam ter sido trazidos por Leymarie e serem arquivados nos porões da Federação Espírita do Brasil; poderiam ter sido queimados por soldados alemães para aquecê-los durante o inverno quando ficaram aquartelados na Casa dos Espíritas na França; e ainda poderiam ter sido colocados nas mãos de Silvino Canuto de Abreu, profundo conhecedor do Espiritismo no Brasil e no mundo, em 1939, um ano antes da invasão alemã na França. Pesquisador espírita brasileiro que trabalhava na embaixada brasileira em Paris, Canuto teria fugido com a documentação para o Brasil tentando salvá-la da invasão alemã uma vez que teria sido avisado de tal invasão pelos espíritos. Mas, mesmo que isso tivesse acontecido, tais documentos teriam se perdido entre os seus descendentes. Todas essas histórias sobre os famosos documentos tão cuidadosamente arquivados e citados por Kardec, não conseguiram mudar o destino desconhecido e obscuro de tal obra.

Atualmente, o Espiritismo vem se expandindo por todos os cantos do planeta, mas é no Brasil que compreende o maior número de adeptos podendo-se considerar a nossa nação como a que comporta atualmente o maior número de espíritas do mundo.

3. O dicionário terminológico espírita: proposta teórica

Entende-se dicionário aqui como: "Conjunto de vocábulos de uma língua ou de termos próprios de uma ciência ou arte, dispostos, em geral, alfabeticamente, e com o respectivo significado, ou a sua versão em outra

língua.” (FERREIRA, 1986).

Elaborar um dicionário vai muito além de elencar palavras e defini-las. Conforme Borba nos mostra:

Um dicionário nunca deve ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, ao contrário, deve ser um guia de uso e, como tal, tornar-se um instrumento pedagógico de primeira linha. Isso se torna crucial quando se focaliza a função da interação social da linguagem, o que permite avaliar a importância da língua para qualquer comunidade.” (BORBA, 2003).

Logo, fica claro que elaborar um dicionário não é apenas dispor as palavras de uma língua em ordem alfabética e defini-las. Existem elementos teóricos que devem nortear a montagem de um dicionário de uma língua. Além disso, existem diversas tipologias de dicionários.

O dicionário terminológico é uma dessas possibilidades, fazendo um recorte na língua geral e trazendo vocábulos específicos e utilizados em contextos específicos.

À luz da Terminologia, ramo da Lexicologia que estuda os termos e a organização das linguagens especializadas, e dos recursos que se têm disponíveis para o estudo das palavras, buscar-se-á levantar e compreender as criações lexicais da doutrina espírita a partir das cinco obras que Kardec deixou para a posteridade estabelecendo os princípios básicos da doutrina espírita, mesclando conceitos filosóficos e religiosos com algumas terminologias científicas do século XIX.

Foi preciso que se crie uma terminologia específica para coisas que ainda não haviam sido nomeadas, apesar dessas coisas já existirem desde o início dos tempos. Dessa forma, Kardec, ao codificar a Doutrina Espírita, deu-lhe um caráter próprio, precisando muitas vezes, além de criar novas palavras, dar novos significados às já existentes, ao comparar a versão espírita com as correntes espiritualistas existentes, buscando sempre demonstrar as diferenças entre elas.

A necessidade de se organizar, elencar e estudar a utilização e significação das palavras de uma língua deve ter sido a mola propulsora que deu início aos estudos lexicais. A linguagem é um conjunto de tradições, histórias, aprendizagens e crenças que uma pessoa vai construindo ao longo de sua existência, mas que também corresponde a um aprendizado coletivo. Ainda que a língua seja individual, ela faz parte de uma comunidade que se

expressa de acordo com a sua história linguística.

Para se compreender uma palavra enquanto termo, é necessário se fundamentar na dimensão conceitual do signo linguístico enquanto conteúdo especializado. Logo, a ênfase ao componente conceitual da terminologia faz com que os termos sejam compreendidos enquanto unidades de conhecimento, excluindo-se a unidade linguística dos mesmos. Dessa maneira, o termo é entendido em uma perspectiva comunicacional e cognitiva.

A necessidade de se abranger os estudos tomando como base a teoria linguístico-comunicativa demonstra a abrangência do processo comunicativo e suas implicações em decorrência do funcionalismo linguístico. Segundo Krieger (2001, p. 27), "As novas tecnologias, ao contrário das pioneiras nomenclaturas, instituem-se, na sua maioria, em consonância com o léxico comum". Logo, não podemos falar em exclusividade do termo, ainda que seja em terminologia. Isso não condiz com a realidade, uma vez que esses termos ultrapassam as fronteiras das ciências e chegam ao cotidiano social.

Mesmo sabendo que muitas unidades lexicais permanecem no âmbito das ciências, a complexidade de delimitação de fronteira entre léxico comum e profissional é muito difícil de ser estabelecido uma vez que o conhecimento científico atinge o dia-a-dia da sociedade.

Interessante observar que a terminologia do Espiritismo, uma doutrina que, apesar de se dizer ciência, atinge com maior ênfase o campo das crenças e filosofia, foi elaborado por um professor que teve o mesmo pensamento do fundador da Teoria Geral da Terminologia, Eugen Wuster que entendia o termo como um instrumento de trabalho cuja proposta era a de desfazer ambiguidades de compreensão: "Para as coisas novas necessita-se de palavras novas, assim o quer a clareza a linguagem para evitar confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos vocábulos." (KARDEC, 2009[1857]- p.7). O ideal da língua deve ser esse, evitar ambiguidade, mas isso está muito longe de ser o real. O próprio termo utilizado por Kardec para definir a sua doutrina e evitar ambiguidade de sentido como outras crenças espiritualistas, *espiritismo*, é tomado hoje no sentido amplo do termo e não mais como Kardec propôs no século XIX. Ser espírita hoje não significa exatamente seguir a codificação de Kardec. Existem diversas religiões espiritualistas que se intitulam espíritas mesmo sem serem kardecistas. Tudo o que seu fundador não queria.

É importante salientar que, diante da polissemia da palavra Terminologia, torna-se necessário esclarecer que a proposta desta pesquisa

será a de estudar a Terminologia tomando como base a perspectiva linguística que, diferente da perspectiva clássica introduzida por Eugen Wüster que defende a univocidade entre o conceito e seu respectivo termo, baseia-se nos estudos terminológicos atuais que compreendem as relações de sentido da palavra também como uma realidade da linguagem técnico-científica, conforme já ocorrem nos discursos não especializados. Esse fato poderá aproximar também a pesquisa dos estudos de criação de palavras, uma vez que a maioria dos neologismos de uma língua faz parte de termos de especialidades que posteriormente poderão fazer parte da língua comum, formando analogias e associações linguísticas.

Fazendo uma relação entre a inevitabilidade do surgimento dos termos a partir do surgimento de uma nova ciência, teoria, religião ou até mesmo esporte, podemos observar que Allan Kardec pensava como os linguistas a exemplo de Emile Benveniste. Ambos percebem a necessidade do surgimento de novas palavras para novas coisas que vão surgindo: “Uma ciência somente começa a existir ou a ser divulgada à medida que impõe seus conceitos e divulga-os por meio de suas respectivas denominações.” (BENVENISTE, 1974). “Para exprimir os fenômenos especiais dessa ciência, foram precisos termos especiais. O Espiritismo tem, de hoje em diante, sua nomenclatura, assim como a química tem a sua.” (KARDEC [1863] 2005, p. 29-30).

Enfim, para se fazer entender, ao codificar as propostas de uma nova forma de entender a relação entre vivos e mortos, Allan Kardec em suas obras criou palavras para explicar fenômenos que sempre existiram, mas que as lexias existentes não davam conta de suas significações. Assim, foram-se delineando os termos que compõem tal doutrina.

Dessa forma, busca-se aqui trazer à tona as lexias criadas pelos espíritos que guiaram Kardec, com o intuito de explicar fenômenos ou coisas já existentes e ainda não nomeadas como *espiritismo*, *reencarnação*, *perispírito*; ou até mesmo nomeadas, mas com outras significações, gerando ambiguidades de interpretação como *alma*, *médium*, *passé* etc.

○ resgate da identidade e história de um povo partindo-se dos estudos linguísticos e lexicais nos leva a conhecer perspectivas e processos de evolução da alma humana na busca do entendimento de sua origem e de seu destino. Allan Kardec em suas obras não apenas criou palavras, como também as definiu de maneira que a doutrina por ele codificada fosse o menos ambígua possível.

○ resgate da identidade e história de um povo partindo-se dos estudos linguísticos e lexicais nos leva a conhecer perspectivas e processos

de evolução da alma humana na busca do entendimento de sua origem e de seu destino.

Os estudos lexicais perpassam por diversas possibilidades. Dentre elas, a da representação dos sentidos dos enunciados, estudada pela Semântica, que servirá como referencial teórico dessa pesquisa. Conforme dita o célebre Dicionário de Linguística do Professor Jean Dubois:

A teoria semântica⁴⁵ deve explicar as regras gerais que condicionam a interpretação semântica dos enunciados, como a teoria fonológica deve explicar as regras fonológicas universais, das quais as línguas não utilizam, senão um subconjunto. (DUBOIS, 1973)

Ao surgir uma nova ciência ou uma nova coisa, novas palavras surgem juntas para dar conta de suas definições. Dessa forma, novos termos foram criados para explicar um novo dogma dando origem a uma terminologia específica do Espiritismo.

Espera-se com tal proposta, conseguir realizar um vocabulário de termos espíritas, abrangendo as obras que deram início à codificação espírita, contribuindo assim para tornar cada vez mais científicas e claras as propostas dessa doutrina.

Considerações finais

A Lexicologia é um caminho seguro para se entender a história de um povo, partindo-se do estudo do seu vocabulário. O acervo lexical de um povo é construído ao longo de sua história social, política, econômica, religiosa. Não há mais dúvida de que o estudo lexical de uma língua nos remete à história, cultura, costumes e crenças de quem utiliza essa língua. Em cada época as palavras se modificam, se ajustam, se acoplam, são esquecidas, são lembradas, são criadas, diversificando o seu sentido de acordo com a época vigente, sendo proibida e permitida de acordo com a sociedade em que esteja inserida.

Todos esses caminhos dão aos estudos lexicológicos, a possibilidade de estudar as palavras de uma língua nas mais diversas perspectivas. O resgate da identidade e história de um povo partindo-se dos estudos linguísticos

⁴⁵ Grifo do autor.

e lexicais nos leva a conhecer perspectivas e processos de evolução da alma humana na busca do entendimento de sua origem e de seu destino. Toda língua, assim, precisa de novas criações, além das diversas lexias existentes, para que se evitem a polissemia e a ambiguidade de sentidos.

Dessa forma, busca-se a partir dos estudos lexicais, contribuir com a história da humanidade e com a busca de uma melhor clareza nas definições que permeiam os diversos campos do conhecimento humano.

Referências Bibliográficas:

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O Estudo do Léxico. In: **Diferentes Perspectivas dos Estudos Filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia: aspectos estruturais e semântico-sintáticos. In: PAIS, Cidmar Teodoro et al. **Manual de linguística**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003.

COSERIU, Eugenio. **Gramática, semântica, universales estudios de la lingüística funcional**. 2 ed. rev. Madrid: Gredos, 1987.

GAARDER, Jostein. HELLERN, Victor. NOTAKER, Henry. **O Livro das religiões**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia as Letras, 2000.

KARDEC, Allan. **O Livro dos espíritos**. Trad. de Salvador Gentile; rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2009. 182 ed.

_____. **O evangelho segundo o espiritismo**. Trad. de Salvador Gentile; rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 1999. 238 ed.

_____. **Obras póstumas**: é preciso propagar a moral e a verdade. Trad. de Maria Lucia A. Carvalho. Rio de Janeiro: CELD, 2002.

_____. A minha primeira iniciação no espiritismo. In: **Obras póstumas**. 29. ed. Rio [de Janeiro]: FEB, [199-].

NOVAES, Adenauer Marcos Ferraz. **Conhecendo o espiritismo**: um curso básico. Salvador: Fund. Lar Harmonia, 2003.

REVISTA ESPÍRITA. São Paulo: LAKE, 1858.

ULMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Trad. de J. A. Osorio Mateus. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

LINGUAGEM, SOCIEDADE E DISCURSO

PARTE C:

ESTUDOS DISCURSIVOS

6

CAPÍTULO

O ETHOS DISCURSIVO NA SALA DE BATE-PAPO 11 UOL⁴⁶/SALVADOR-BA ON-LINE, HOMOAFETIVO; OFF-LINE, HETERONORMATIVO

Gilberto Nazareno Telles Sobral*
Valter Cezar Andrade Junior**

* Doutor em Letras. Professor titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
E-mail: gsobral@uneb.br

**Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, orientado pelo Professor Doutor Gilberto Nazareno Telles Sobral. É professor de Língua Portuguesa no IF-Sertão Pernambucano. E-mail: valter_cezar@hotmail.com

⁴⁶ Site de notícias e diversidade, juridicamente instituído como Universo On-Line (UOL). Endereço: www.uol.com.br

Introdução

Inegavelmente, nos últimos anos, as sociedades têm passado por transformações no campo dos comportamentos de forma rápida e acentuadamente diversa. Ora, essa experimentação se dá num momento, para este estudo, denominado de Pós-modernidade, cujas bases se assentam na rapidez das transformações.

Segundo Teixeira Coelho (1995, p. 46), em termos cronológicos, “a Pós-Modernidade teria início com o final da Segunda Guerra Mundial, que marca a era da TV, dos tempos da saúde pós-penicilina (...)”. A Pós-Modernidade é caracterizada pelo panteísmo, em que o que importa é a fé pela fé, ou seja, tudo pode ser deus, dependendo apenas do acreditar

individual; o homem é gnóstico, pois possui em si essência do divino, que o faz também parte física dessa dada entidade divina. É a época pós-industrial, a qual funciona como responsável da expansão do industrialismo aos países atrasados, colocando-os na condição de emergentes, bem como o advento de avanços tecnológicos àqueles já industrializados.

Nesse novo paradigma, mediado pela tecnologia dos códigos binários, surge este trabalho, à luz do uso da linguagem – e conseqüente discursividade – em ambiente virtual, como forma de análise da construção do *ethos* discursivo homoafetivo, observando, ainda, o transitar pela construção, também e paralelamente, do *ethos* discursivo heteronormativo. Daí surgiu o interesse por esse trabalho, posto que as salas de bate-papo da UOL fornecem material discursivo suficiente para sustentar a pesquisa aqui apresentada. Lévy (2000, p.44) diz sobre o universo *on-line*:

O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal calculante. Suas funções pulverizadas infiltram cada elemento do tecno-cosmos. No limite há apenas um único computador, mas é impossível traçar seus limites, seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si.

Observe-se, ainda, que, na Pós-modernidade, há um determinante de esvaziamento dos valores e regras, desfazendo princípios, práticas e realidades – aqui também se assenta o cerne dessa pesquisa, na medida em que se pode observar como a sociedade é mutável e passa a estabelecer novos critérios de aceitação, ou não, daquilo que lhe é legítimo. É, portanto, um paradigma que mistura várias tendências e estilos, configurando-se pluralidade e completa abertura. Em conseqüência disso, a época contemporânea busca empreender a escuta das vozes esquecidas que, no processo de esmagamento da diversidade, eram abafadas pelos mecanismos camuflados de opressão. Torna-se cada vez mais necessária a procura de geografias que não excluam as margens prolíferas do heterogêneo.

1. Considerações sobre *ethos*

Para este artigo, é interessante trazer à baila algumas considerações sobre *ethos*, desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade. Para tanto, parte-se do conceito aristotélico até aportar no deslocamento proposto Maingueneau para a Análise de Discurso de filiação francesa (doravante ADFF).

Sabe-se que, para persuadir o outro, o enunciador deve, pelo discurso, construir uma imagem de si mesmo, imagem tal, criada e mostrada no momento da enunciação. Sobral e Miranda (2013, p. 29) afirmam que “o *ethos*, enquanto imagens do sujeito do discurso, é fundamental para validar toda enunciação”.

Na Retórica aristotélica, como afirma Osakabe (1979, p.141), “o caráter do orador é colocado em ação pela fala, isto é, enquanto orador, a fala é o único meio válido para que possa atingir sua finalidade de persuadir.” O orador, então, é incorporado pelo *ethos*, uma vez que o grau de credibilidade é uma função de seu caráter e da confiança a ele atribuída pelo auditório. Ressalta-se que essa imagem não significa que seja a imagem mesma do orador, como ente no mundo, ser jurídico. Fica claro, então, que, para os gregos, o *ethos* é uma construção discursiva.

Já os romanos, diz Amossy (2005, p.17), “[...] consideravam o *ethos* como um dado pré-existente, que se apoia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.)”, donde se pode asseverar tratar-se de uma categoria pré-discursiva. Ressalte-se, no entanto, que o pensamento grego sobre *ethos* prevalece nos estudos linguísticos atuais.

No encaminhamento, observe-se que a noção de *ethos* chega à ADFF acrescida, no entanto, de um sujeito que, diferente do cartesiano da Pragmática, não é mais a origem do dizer, revisando o próprio caráter do *ethos*. O sujeito autônomo, dono de si, da Pragmática, na ADFF, é substituído por um assujeitado à linguagem, subjugado às muitas ideologias que circulam na sociedade.

Maingueneau (2002), por exemplo, propõe um duplo deslocamento à noção de *ethos*: o orador não mais define o tom do discurso em função dos efeitos que pretendia produzir em seu auditório, como na Retórica Antiga, pois este não possui o controle de seu discurso, uma vez que o tom é produzido pela formação discursiva em que está inserido; o outro deslocamento é que se a Retórica Antiga voltava-se ao discurso oral, a noção de *ethos* passa a ser aplicada ao texto oral e escrito. Conforme Maingueneau (2002, p. 98),

O texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

Desta forma, a figura do fiador constrói-se a partir dos indícios textuais, a quem, ainda segundo o autor (2002, 98), "são atribuídos um **caráter** e uma **corporalidade**. [...] O caráter corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a corporalidade corresponde a uma compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social".

Ora, como o enunciador não depende unicamente de si para constituição de seu *ethos* – tampouco o coenunciador depende unicamente de si para tanto, mas também do enunciador-, ocorre, dessa forma, por via da atribuição de imagem em interação, de forma que ambos trazem para o ambiente da discursividade marcas sociais e históricas.

Através do estilo próprio, da competência linguística e, principalmente, dos valores e crenças que se materializam no discurso, constrói-se uma representação daquele que enuncia, o que constitui importante fator de influência sobre o outro. Destaca-se, ainda, que as diversas formas de apresentar-se estão diretamente interligadas aos diversos papéis sociais assumidos por um indivíduo, que o constituem sujeito. (SOBRAL e MIRANDA, 2013, p. 29).

Tais marcas, pois, o constituem e aparecem na enunciação através do que Maingueneau e Charaudeau (2004, p.213) chamaram de estereótipo: "estereotipado designa, do mesmo modo, o que é fixo, cristalizado", podendo ainda ser compreendido como "imagens prontas, que medeiam a relação do indivíduo com a realidade". Também como "*representações coletivas cristalizadas, crenças pré-concebidas, frequentemente nocivas a grupos ou a indivíduos*".

Em face disso, pode-se dizer também que o coenunciador constrói o *ethos* do enunciador, sendo igualmente criado por intermédio de um dado estereótipo. Sendo assim, o enunciador deve se adaptar aos coletivos percebidos por ele a partir do coenunciador (particular ou coletivo). Isto por

que, reiterando, o *ethos* deve influenciar o parceiro no processo discursivo, num retorno ao dito aristotélico. Como afirma Maingueneau (2008, p. 13),

a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo.

Fica posto que o *ethos* é uma experiência sensível do discurso, não sendo, pois, uma representação estática (MAINGUENEAU, 2008, p.14). Donde se tira, então, que persuadir é fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do coenunciador. Por esse turno, “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008, p.16). Logo, deve-se levar em conta que, muitas vezes, o *ethos* visado não é o *ethos* produzido. Sobre isso, na nova Retórica, Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005) disseram da necessidade que o orador tem de se adaptar ao seu auditório em função das crenças e valores dos que ouvem; no caso do *corpus* desse artigo, dos que leem.

Dentro da categoria de *ethos* discursivo – foco desse artigo –, Maingueneau (2008) traz dois conceitos: 1. *ethos* dito; e 2. *ethos* mostrado. O dito é referência direta ao enunciador, enquanto o mostrado é revelado pelo não explícito, sem representação direta no texto.

Até aqui já é suficiente para tomar posse desses conceitos de *ethos* (sobretudo os de Maingueneau) e suas interfaces, a fim de seguir um processo analítico dos diálogos que se seguem, retirados da sala de bate-papo 11 do UOL, Salvador/BA.

2. Da construção do *ethos* homoafetivo e heteronormativo na sala de bate-papo 11 do UOL, Salvador/BA

Há muito, questões relativas à sexualidade humana inquietam pesquisadores, religiosos, pessoas comuns. Não nos parece demais essa inquietação, posto que representa legitimações do indivíduo em seu núcleo

social, admitindo-o dentro da concepção de normalidade do sexo ou, ainda, de natural. Sobre isso, Butler (2000) acena para um pensamento fundante que é de uma sexualidade, em tese, sempre heterossexual. Fica claro, para qualquer um, que as instâncias sociais insistem em legitimar apenas a heterossexualidade, admitindo, biologicamente, inclusive, que só há homem e mulher em relação natural sexual, correlacionando para isso os gêneros masculino e feminino. Não há, pois, variantes. Disso, tiramos que há uma clara alusão à questão sexual presa, primeiramente, ao material, donde se justificam as diferenças:

[...] a diferença sexual é frequentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais. A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas (BUTLER, 2000, p.151).

Partindo desse princípio é que seguiremos a análise identificando na materialidade discursiva a construção do *ethos* do sujeito heteronormativo e do sujeito homoafetivo na sala de bate-papo. Para melhor compreensão do diálogo, importante clarificar que “De boa” é o *nickname* utilizado pelo enunciador e que o *nickname* “CASADO-40-BA” é o utilizado pelo coenunciador. Entenda-se como enunciador aquele que desenvolve a pesquisa do tipo participada, posto que se inseriu na sala de bate-papo a fim de empreender diálogo com os sujeitos ali presentes. Por coenunciador, entenda-se o sujeito pesquisado, tendo sido escolhido por, dentre outros que ali estavam, trazer uma construção de si que transita dentro de duas matrizes sexuais dispostas nesta pesquisa: homossexual e heteronormativa.

Nesse estudo, mapeia-se como se dá o processo de argumentatividade, identificando como se organiza a teia argumentativa homoafetiva, relacionando-se sempre com o desejo de convencimento do contrário: da parte do enunciador há um trabalho com argumentos do universo homo; da parte do coenunciador, há uma tentativa de negação do *ethos* homo, mas deixa-se mostrado no uso de lexias comuns deste universo (estereótipo), como um processo de sensibilidade do *ethos* efetivamente construído pelo enunciador.

A começar pelo *nickname* “CASADO-40-BA”, observa-se que já aí se pode fazer um gesto de leitura e construção de um *ethos* pré-discursivo, posto que ao enunciador é possível construir a imagem do coenunciador de

um homem heterossexual, nos moldes da exigência social – portanto de um estereótipo –, de meia idade, morador da Bahia, cujo estado se reconhece pela vivacidade de seu povo. Logo, cria-se uma cena de virilidade machista, dentro dos moldes de um homem que se reserva à vida em família e que, por algum ‘erro’ de conduta, talvez, busque na sala de bate-papo virtual encontrar a natural e aceita ‘pulada de cerca’ do homem bem-casado. A ideia comum de que aos homens é permitida a traição e retorno ao lar com a manutenção de um bem-sucedido casamento.

Como se sabe, no universo *on-line*, os diálogos tendem a ser rápidos, natural velocidade constitutiva das tecnologias da informação contemporâneas. Em face disso, vê-se adiante que a abordagem inicial entre enunciador e coenunciador é igualmente rápida e direta nos objetivos (atentar que os diálogos foram dispostos exatamente da forma que foram desenvolvidos na sala de bate-papo, inclusive com desvios da norma escrita):

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: Bom dia

CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: oi

CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: h u m?

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: h

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: curte

CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: se tiver mulher unto (curto) sim

Observe-se que, no desenrolar do diálogo, o *ethos* de “homem de família”, heterossexual e detentor de uma certa moral inabalável, é posto à prova, posto que o coenunciador se permite relacionar-se com outro homem, desde que haja a presença de uma mulher. Ora, aqui encontramos o dito anteriormente de que o *ethos* é mutável e que, nem sempre, o que o orador quer construir de si é exatamente aquilo que se expressa em sua discursividade. A confirmação está em: *se tiver mulher unto sim* (se tiver mulher, curto sim). O argumento da presença da mulher é a tentativa de manutenção, pelo *ethos* dito, do *ethos* mostrado, de que não há ali um acordo sexual entre iguais; o discursivo tentando manter o pré-discursivo; o visado pelo coenunciador em choque imagético com o efetivamente produzido pelo enunciador.

Ainda no seguimento, temos a mudança, de fato, do *ethos* do coenunciador de homem viril e heterossexual:

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: e se tiver mulher eu posso fazer o que com vc?

CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: menos me comer, rsss

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: o resto rola na boa?

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: sexo ora e tudo?

De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: beijos?

CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: com buceta junto sim, deixo me chupar, chupo, beijo fico doidão de tsão

Só se pode afirmar tal mudança do *ethos*, porque “CASADO-40-BA” admite discursivamente que só não se permite ser penetrado, algo que um heterossexual convicto – típico estereótipo de ‘homem’ – não aceitaria, posto que só se relaciona com o sexo oposto. A confirmação do *ethos* homossexual (com embalagem de bissexual) constrói-se quando o coenunciador admite sentir desejo pelo corpo masculino – embora só admita isso com a presença de uma mulher (no uso da lexia *buceta*, comum entre heteros – entre os homos, usa-se a lexia, com frequência, *racha*) para legitimar o *ethos* da masculinidade – asseverando que *com buceta junto sim, deixo me chupar, chupo, beijo fico doidão de tsão*. Ou seja, ele é capaz de fazer sexo oral em outro homem – conforme se lê no argumento construído pela lexia *chupo* –, porque, segundo ele, no momento se deixa levar pelo desejo, no caso, homoafetivo. Para fixar de vez o *ethos* homo, admite, ainda, beijar (*beijo*), o que para a construção de um *ethos* heterossexual é impraticável, já que é um toque, muitas vezes, acordado no estereótipo machista como sendo mais íntimo que a própria cópula; beijar é ato de entrega. Ainda a lexia *doidão* (como argumento) dá a convencer o enunciador de que pode ser bom, além de justificar ‘perdão’ pelo ‘desvio’ do *ethos* pré-discursivo hetero, uma vez que ser doido é estar fora da razão, longe da culpa, entregue à situação.

Na sequência do diálogo entre enunciador e coenunciador, tem-se:

*De boa (reservadamente) fala para CASADO-40-BA: **sua mulher nem sabe disso né man?***

*CASADO-40-BA (reservadamente) fala para De boa: **sabe não, eu já andei propondo ums (umas) coisas a ela, mais (mas) não teve jeito***

Observa-se aí, por fim, que o enunciador quer se certificar se de fato o coenunciador é casado com mulher, posto que, tão rapidamente, admitiu estar disposto a uma relação sexual com outro homem. Ora, o argumento do enunciador é de confirmação ao assegurar que haja mesmo uma mulher na vida do coenunciador: sua mulher. Este, além de legitimar, lança um argumento de duplo convencimento: 1. para ele, o uso do pronome *ela* é o convencimento de que é possível ainda sustentar o *ethos* pré-discursivo de homem heterossexual; 2. para o enunciador, a sentença de argumentos **andei propondo umas coisas a ela** é o convencimento de um *ethos* homoafetivo, envolto ainda na necessidade social (de um estereótipo heterossexista) de que ao homem apenas cabe ser 'macho', de única matriz sexual.

Fica disposta uma imagem do coenunciador de um sujeito que se prende à heteronormatividade, mas que se rende ao desejo pelo igual, de outra matriz sexual. Ainda que se tente estar sempre próximo à matriz hetero, deixa-se construir uma imagem de si, por via das lexias, de um homem que, mesmo afirmando-se casado e que busca relacionar-se com mulher, deixa-se viver relação homoafetiva. É, portanto, um coenunciador que se esmera em construir-se unilateral no desejo sexual, mas que se rende no diálogo à possibilidade – tendo mulher na relação, em seu dizer – relacionar-se sexualmente com outro homem. Cria-se por isso a imagem decerto difusa, mas igualmente latente de homem que se identifica muito mais com a matriz sexual bi.

3. Considerações Finais

Vê-se, portanto, que há certa complexidade na compreensão/percepção da construção do *ethos* quando deslocamos para a ADFF, posto que há a influência do enunciador sobre o coenunciador (e vice-versa), dentro de um contexto que é linguageiro, mas que também o é sócio-histórico.

Nas análises precedentes, observou-se que nem sempre o *ethos* pretendido pelo coenunciador é conseguido no enunciador (podendo acontecer de forma inversa também, claro). Também se viu que a presença de estereótipos bem delineados no campo da sexualidade se conflitam, mesmo quando há um acordo entre as partes, no caso específico, a relação sexual. Há um jogo de forças argumentativas entre a tentativa do coenunciador de se manter no *ethos* pré-discursivo heterossexual, por via do *ethos* dito, e, ao mesmo tempo, do enunciador insistir em argumentar no campo estereotípico do *ethos* homoafetivo, respaldado pelo *ethos* mostrado. Certo fica, entretanto, que houve sim um acordo entre ambos: continuar a argumentação no campo da sexualidade, tendendo à satisfação (sexual) de ambos.

Referências Bibliográficas:

ARISTÓTELES. Retórica. **Introdução de Manuel Alexandre Júnior**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso, a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-176.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COELHO, T. **Moderno pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

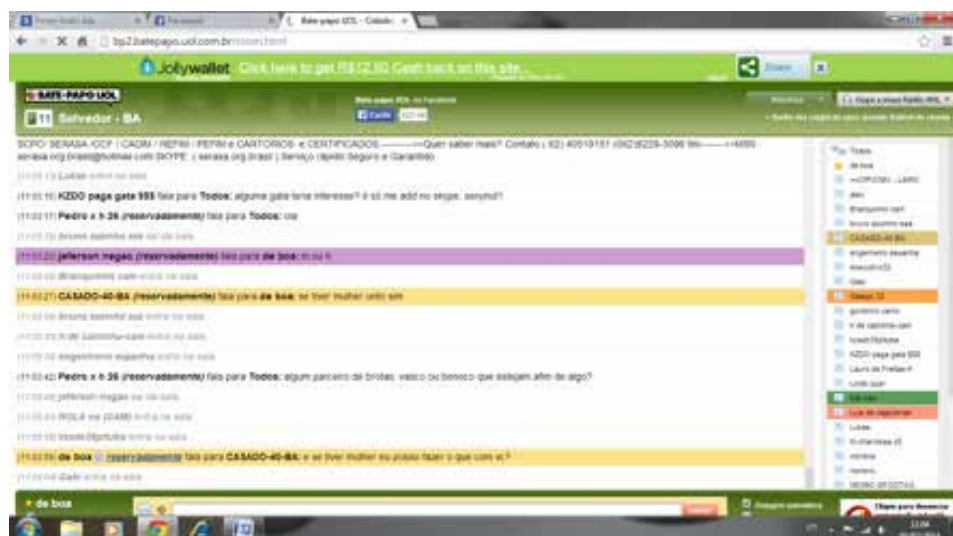
DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1997.

LÉVY, P. Cibercultura. **Tradução Carlos Irineu da Costa**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-32.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, M. **Tratado da argumentação: a nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



7

CAPÍTULO

A HISTÓRIA E O GESTO DE INTERPRETAÇÃO LITERÁRIO

João Antonio de Santana Neto (PPGEL/Universidade do Estado da Bahia)

Esse trabalho integra o projeto de Estágio Pós-Doutoral “Retratos de Salvador: gestos de interpretação do discurso literário sobre a cidade do Salvador”, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD- CAPES).

Nesse trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com vistas a estudar como se processa a relação entre a história e o gesto de interpretação literário numa perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se condições de produção, formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito.

O *corpus* selecionado para esse trabalho é composto de recortes do romance histórico de Aydano Roriz *O fundador* (2003), uma vez que nessa obra Roriz, na função-autor, realiza um gesto de interpretação literário, no qual são construídas imagens de personagens históricas e ficcionais na cidade de Salvador em 1549.

Na análise, parte-se do princípio de que num texto literário há a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que o gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito, de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso só é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, visto que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Portanto, trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, dominando o que diz nas suas práticas discursivas. Por isso, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Tem-se, então, o que Pêcheux denominou de esquecimento nº 1, ou esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação literário, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no repetível

histórico (interdiscurso) e historiciza seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento que ocorre entre a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido origina-se nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resulta o movimento da identidade e movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois nele estão presentes todos os sentidos já produzidos, ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isto significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo estabelece-se por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece, ou melhor, pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo, fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida.

É justamente no silêncio do arquivo que o formulador do romance histórico, na função-autor, cria a sua ficção, ou seja, realiza o seu gesto de interpretação literário. Ele não altera o que consta no arquivo, mas se permite realizar o seu gesto de interpretação literário nos limites delineados pela formação discursiva em que se subjetiva.

Roriz, ao formular seu discurso, se distancia da forma-sujeito da formação discursiva do romance histórico tradicional, apesar de procurar

permanecer fiel aos fatos históricos, aos historiadores e cronistas, e assume uma posição-sujeito de contra-identificação, ou seja, um “mau sujeito” (cf. INDURSKY, 2011), visto que segue o modelo do romance histórico contemporâneo.

O romance histórico contemporâneo, por reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história para revelá-lo ao presente, constitui-se numa outra Formação discursiva na mesma formação ideológica do romance histórico. Assim, visualiza-se o caráter combativo dos romances históricos contemporâneos ao aspecto totalizante que revela a imposição de sentido que se fazia presente nos romances históricos tradicionais. A partir do questionamento característico do pós-modernismo, deu-se uma busca pela “destotalização” das formas tradicionais de narrativa que passaram a ter as velhas noções de finalidade, causalidade e continuidade questionadas e subvertidas pela nova categoria de romance emergente, isto é, os romances históricos contemporâneos ou, como Linda Hutcheon (1991) denomina, as “metaficções historiográficas”.

A “metaficção historiográfica” institui os limites entre literatura e história, mas em seguida os desafia: “[...] ela estabelece a ordem totalizante, só para contestá-la, com sua provisoriedade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radicais” (HUTCHEON, 1991, p. 155). A nova forma de escrita é, simultaneamente, fictícia, histórica e discursiva. É metaficcional porque a realidade retratada constitui-se na do próprio discurso e historiográfica, pois aborda a realidade de discursos passados.

Com ela, passa-se a ter contato com as histórias dos perdedores e dos vencedores, dos centrados e dos marginalizados. Ela, diferentemente dos romances históricos tradicionais, não pretende contar a “verdade” dos vencedores e criar heróis, mas sim apresentar outras possibilidades de interpretação e tentar desvendar de quem é essa “verdade”. Dessa maneira, forma-se um dos princípios definidores do romance histórico contemporâneo que é a flexibilidade de interpretação, importante aspecto, pois proporciona reflexões sobre a própria história.

A ficção contemporânea tem como interesse, também, a natureza dos fatos narrados. Os fatos não traduzem por si sós o que existiu no passado, eles sempre aparecem permeados por um ponto de vista. Com base nisso, é sugerida uma distinção entre fatos e acontecimentos. Os acontecimentos são o que existiu em estado bruto e não têm sentido por si mesmos, enquanto os fatos recebem sentido ao serem narrados, eles são a “lapidação” dos acontecimentos, ou seja, escolhidos para serem narrados.

Por isso, Roriz apresenta os fatos sob outra perspectiva, ou seja,

realiza o seu gesto de interpretação literário em outra formação discursiva, visto que esta se distancia da formação discursiva do romance histórico tradicional, especialmente do romance histórico do romantismo.

Entretanto, como se observa na obra *O fundador*, Roriz (2003, p. 390-391) realiza consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva do romance histórico contemporâneo, na qual se subjetiva o escritor na função-autor. Ao parafrasear o arquivo, ele é fiel; mas, no silêncio do arquivo, ele realiza o seu gesto de interpretação literário na formação discursiva do romance histórico contemporâneo.

Apresentadas as condições de produção, que possibilitaram o surgimento do discurso, as formações ideológica e discursiva, as quais se filia o formulador em sua posição-sujeito na função-autor, passa-se, então, ao gesto de interpretação literário.

Por volta das nove horas, os navios finalmente deitaram ferros. Fundearam em frente ao Morro de Santo Antônio, na barra de entrada da Baía de Todos os Santos. Era ali que erguia-se a Vila do Pereira, o arraial de poucas casas construído por Jorge Pereira Coutinho, o finado donatário daquela capitania, morto anos antes pelos índios” (RORIZ, 2003, p. 40).

A chegada de Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil, ocorreu na conhecida Praia do Porto da Barra, onde existe um marco comemorativo, principal símbolo da fundação de Salvador em 29 de março de 1549. Formado por uma estrutura vertical toda em mármore lioz, que leva no topo uma cruz de malta, feita pelo mestre-escultor português João Fragoso, e pelo painel de azulejos portugueses, o marco foi inaugurado em 29 de março de 1952 como parte das comemorações pelo aniversário de 403 de Salvador e foi recuperado em 2003. O painel em azulejos foi feito pelo ceramista português Eduardo Gomes e é uma réplica do original do também português Joaquim Rebucho. A imagem retrata a chegada de Tomé de Sousa ao Brasil, em 1549, para fundar Salvador. Observa-se que Roriz é fiel ao arquivo nessa passagem, visto que é uma paráfrase do que consta no arquivo.

O objetivo de D. João III, Rei de Portugal, quando nomeou Tomé de Sousa para o Cargo de Governador Geral do Brasil, era dotar as novas terras de uma presença mais efetiva de representantes da coroa portuguesa. *O Regimento de Almerim* ([1548] s.d.), documento que representa a “certidão

de nascimento” de Salvador, continha instruções precisas para edificar uma fortaleza e povoação grande e forte num lugar conveniente.

7 – E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça, e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita Bahia. E portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra, vejais, com pessoas que o bem entendam, o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte, e que se possa bem defender, e que tenha a disposição e qualidades para aí, por o tempo em diante, se ir fazendo uma povoação grande; e tal convém que seja, para dela se proverem as outras Capitánias como, com ajuda de Nosso Senhor, espero que esta seja, e deve de ser em sítio sadio e de bons ares, e que tenha abastança de água e porto em que bem possam amarrar os navios e vararem-se quando cumprir, porque todas estas qualidades, ou as mais delas que puderem ser, cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação; por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil. E no sítio que vos melhor parecer, ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com as traças e amostras que levais; praticando com os oficiais que para isso lá mando, e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam; e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros, como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo; e para se poder começar a dita fortaleza, vão, nos navios desta Armada, algumas achegas, e não achando na terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal, far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeira, como melhor puder ser, de maneira que seja forte; e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais, vos passareis a ela, deixando, porém, na dita cerca que está feita, alguma gente que a baste para a povoar e defender (REGIMENTO DE ALMERIM, [1548] s.d., p. 3).

Quando Tomé de Sousa desembarcou na região da Barra, nas imediações do local atual entre Forte de São Diego e o Yatch Club, já encontrou ali um núcleo de habitantes, uma pequena vila chamada de Vila Velha ou Vila do Pereira, assim nomeada em virtude do nome do antigo donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho.

Diante do alvará régio que lhe foi apresentado, Caramuru, que já vivia naquelas terras fazia vinte e seis anos, e se considerava um pouco dono de tudo aquilo ali, não pôde deixar de ceder. Pior. Teve de conformar-se com a doação, por parte de Pereira Coutinho, de uma sesmaria de 'quatrocentas varas de largo por quinhentas de comprido', míseros vinte e dois hectares, no local onde estava instalada a aldeia dos seus amigos nativos. Ainda assim, em respeito ao rei, ajudou como pôde na construção da vila de quarenta casas de taipa, cobertas de palha, destinada a ser a sede da capitania.

Embora lhe parecesse a terra muito pacífica, Pereira Coutinho não deixou de tomar precauções. Ergueu em torno da vila uma paliçada de pau-a-pique e, na frente dela, mandou escavar um fosso de segurança. Com a terra retirada do fosso, revestiu a cerca, transformando-a em muro. Fez mais. Construiu em local estratégico uma torre de pedra e cal de dois andares, protegida por seteiras e guaritas, onde instalou os quatro canhões que trouxera, para o caso de encontrar piratas pelo caminho (RORIZ, 2003, p. 50-51).

Francisco Pereira era conhecido pela alcunha de "rusticão", devido a sua rudeza no tratamento principalmente com os "gentios da terra", ou seja, os índios. Quando chegou ao Brasil em 1536, trouxe consigo parentes, amigos e colonos e "construiu casas para 100 moradores" e sua moradia estima-se que estava localizada no outeiro (alto) nas imediações da atual Igreja da Vitória com vista de frente a enseada do atual Yatch Club. Encontrou um antigo morador, Diogo Álvares, o Caramuru. Esses fatos estão presentes no arquivo, contudo, na primeira parte do recorte anterior, observa-se o gesto de interpretação literário do formulador na função-autor,

visto que “humaniza” a personagem que deixa de ser exclusivamente histórica (arquivo) e passa a ser histórico-ficcional.

Pouco se conhece sobre Diogo Álvares, contudo estudos indicam que entre 1510 e 1511 chegou a Bahia em virtude de um naufrágio. Caramuru foi importante peça nas negociações da tensa convivência entre portugueses e índios, tanto que obteve o lote de terra (sesmaria) que ia da região do atual bairro da Graça até o bairro do Rio Vermelho. Casou-se com Paraguaçu, a filha do cacique, que mais tarde foi batizada na França com o nome de Catharina Paraguaçu, que se converteu ao catolicismo e ergueu uma pequena ermida que mais tarde transformou-se na Igreja da Graça (no bairro da Graça), local onde está sepultada. Isso é o que diz o arquivo.

Apesar da interferência de Caramuru para apaziguar os ânimos entre colonos e índios um fato vai mudar drasticamente a vida da capitania da Bahia. Em 1545, algumas tribos dos índios da Baía de Todos os Santos atacaram a Vila do Pereira e ao mesmo tempo os colonos rebelam-se contra o donatário e desejavam prendê-lo. Mas ele retira-se para a capitania de Pero de Tourinho em busca de ajuda, onde permaneceria até em 1546 quando Caramuru foi buscá-lo trazendo a notícia de que os franceses haviam incendiado a Vila do Pereira e confiscaram a artilharia de defesa. Pereira Coutinho resolveu regressar, mas, quando estava nas imediações da Ilha de Itaparica, sua embarcação afundou nos recifes e os Tupinambás de Itaparica, que eram antropófagos, o prendem e o devoram em seguida.

Com a morte do donatário, o rei D. João III prefere reverter a capitania para a Coroa e foi esta circunstância que fez da Bahia a primeira capitania da Coroa e propiciou a condição de sede do Governo Geral do Brasil criado em 1548.

Conforme consta no *Regimento de Almerim* ([1548] s.d.), cabia a Tomé de Sousa edificar uma fortaleza e povoação grande e forte num lugar conveniente. Era, então, necessário escolher um local.

Costeando o morro de Santo Antônio, a brisa da manhã levou-os rapidamente ao interior da baía. Ancoraram na praia e começaram a subida do promontório. (...)

A vista do alto era magnífica. Dali, enxergava-se quase toda a baía e as suas ilhas. (...)

O governador esboçou um sorriso sem graça e colocou-se de pernas abertas, com os pulsos na cintura, detendo-se em observar a baía. Maior que a famosa Baía de Nápoles, que ele conhecia, a de Todos os Santos também era um imenso espelho azul-turquesa, de onde os raios de sol pareciam arrancar faíscas. Encheu os olhos com aquela beleza, aspirou o cheiro gostoso de maresia e virou-se depois para o grupo.

- Perfeito, Diogo Álvares. Obrigado por sua ajuda, meu bom amigo. É aqui que construiremos São Salvador. Com essa magnífica baía aos seus pés – e dirigindo o olhar para o capitão-mor da costa: - Acho que cá poderiam ancorar todos os navios do mundo. Não te parece, Pro de Góis?

(...) E construir ali na praia uma ermida – ajuntou o padre Manuel Lourenço, ainda resfolgante. – Uma igreja, onde os mareantes pudessem fazer suas orações, na chegada e na partida. (...)

- Excelente ideia, meu padre – brincou o governador, dando dois tapinhas camaradas no ombro do futuro vigário. – Excelente ideia também a tua, Pero de Góis. Vamos chamar o porto aí então de Ribeira das Naus e construir na praia uma ermida. Uma igreja em honra de ...

- Por que não Nossa Senhora da Conceição, já que Conceição foi a nau em que viemos? – propôs Manuel de Lourenço, feliz por ter conseguido pronta aprovação para o seu intento (RORIZ, 2003, p. 64-65).

O ponto escolhido para o assentamento da cidade foi o trecho no alto promontório entre a Barroquinha e o Taboão, acidentes topográficos propícios para construção de obras de defesa, compreendido entre a atual Praça Castro Alves e a Misericórdia.

Erguida no alto de uma escarpa, entre a Baía de Todos os Santos e os morros, Salvador foi a primeira cidade planejada do Brasil, criada para ser a capital da colônia portuguesa no Novo Mundo. O mestre das obras Luiz Dias foi o “arquiteto” que traçou as linhas limítrofes e o plano

urbano primitivo (obedecendo as “traças e amostras” recebidas em Lisboa) do “arruamento” daquela que foi denominada cidade do Salvador.

Os colonizadores tomaram o cuidado de construí-la nos moldes das cidades de sua terra natal e mantiveram nela a aparência medieval de Lisboa, com ruas estreitas, curvas e dispostas perpendicularmente umas às outras. Outra herança lisboeta são seus fortes, que fazem de Salvador uma típica cidade-fortaleza.

Abrigando cerca de 1000 habitantes em 1549, a primeira capital do Brasil cresceu em dois planos, a cidade alta e a cidade baixa. O movimentado porto e um pequeno comércio local ocupavam a estreita e extensa faixa litorânea (era o que mais tarde denominou-se bairro da Praia, atual Bairro do Comércio) ligada à cidade alta por ladeiras e barrancos (em 1920 foi construído o Elevador Lacerda).

Os edifícios oficiais e as residências localizavam-se no alto da escarpa, a parte nobre da cidade. Mas foi na cidade baixa, nas imediações do atual elevador Lacerda e da Igreja da Conceição da Praia, que era conhecida como Ribeira do Góes ou das Naus, que foram construídos os depósitos e barracões para o armazenamento do material de construção utilizado para erguer a cidade. Neste mesmo local, na praia, que foi erguida a primeira ermida, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do governador.

Esses dados estão no arquivo e foram parafraseados por Roriz. Entretanto, no silêncio do arquivo, o formulador, na função-autor, realiza o seu gesto de interpretação literário dotando as personagens históricas de atitudes humanas (gestos, expressões, atitudes) e criando o diálogo entre elas, com isso, transforma-as em personagens histórico-ficcionais. Também o gesto de interpretação literário permite a criação de um motivo e uma justificativa para a construção da ermida e a sua dedicação à Nossa Senhora da Conceição (da Praia).

Fica evidente que a formação discursiva do romance histórico contemporâneo impõe a “humanização” do Governador Geral. Tomé de Sousa é apresentado como um homem, com desejos e ambições, conforme pode ser observado no diálogo entre Caramuru e Tomé de Sousa no recorte a seguir (RORIZ, 2003, p. 59. Grifos do autor.):

Só quando Tomé de Sousa deitou-se na enxerga, percebeu que havia mais alguém ao seu lado e voltou a sentar-se.

- Santos Evos! O que diabo é isso? Quem é que cá está?
- Não te preocupes, meu senhor. É um presente tupinambá. De Morubichaba, o chefe daquela aldeia onde estivemos ainda agora à tarde. É a filha dele. Acabou de ter o primeiro mênstruo.
- Pelo amor de Deus, Diogo Álvares. Eu não quero saber disso – e tentando colocar-se de pé: - O que é que tu estás a pensar? Eu sou o governador aqui. Não posso...
- Calma, meu senhor. Não te ofendas. É um antigo costume da terra. Uma honra muito grande que o chefe concede a Vossa Mercê. Ele queria fazer a entrega lá na festa. Eu cá é que não deixei. Mas não te preocupes. Se Vossa Mercê quer governar essas terras aqui, vai ter de se adaptar aos costumes. Lembra-te de Dom Jorge Pereira? Então. Aproveita, meu senhor. Esta é a melhor forma de estabelecer uma aliança com os gentios.
- Mas eu... estás louco... Eu sou homem casado. Um pai de família. Um fidalgo da casa de Dom João. O que tu estás a pensar?
- Ora, ora, Dom Tomé. Vossa Mercê está há dois meses no mar. Deve estar com precisão – e conduzindo-o amavelmente pelas espáduas: - Vamos lá... deite-se, capitão. A menina foi instruída. Sabe de um tudo. O meu senhor não tem nada a perder. Vossa Mercê não deu um presente para o chefe? Ele quer retribuir. Só isso.
- Mas ...
- Vamos lá... não se aflija. Deite-se. Isso... deite-se. Deite-se, capitão. Garanto que meu senhor vai ter uma noite das boas, viu?
- Mas e... e os padres? Se eles souberem de uma coisa dessas...
- Eles já embarcaram. Não te preocupes. Não vão saber de coisíssima nenhuma. Mas se souberem, tem para eles também.

Mulher, com a graça de Deus, é o que não falta nessas Terras do Brasil!

Esse diálogo retrata o choque entre duas formações discursivas distintas: a formação discursiva da cultura indígena da região de Salvador, na qual se subjetiva o português aculturado (Diogo Álvares – Caramuru) e a formação discursiva da cultura judaico-cristã portuguesa, na qual se subjetiva o português recém-chegado (Tomé de Sousa).

Dos costumes dos primitivos habitantes da terra, eram as relações sexuais e de família, a magia e a mítica que marcavam a vida do colonizador. A poligamia e a sexualidade da índia iam ao encontro da voracidade do português, ainda que a vida sexual dos indígenas não se processasse tão à solta quanto o relatado pelos viajantes que no Brasil estiveram.

A personagem histórico-ficcional Tomé de Sousa anseia pela satisfação dos desejos sexuais, ainda mais com uma jovem índia virgem, entretanto teme que a satisfação do seu desejo sexual possa trazer implicações junto aos padres (representantes do poder eclesiástico) e junto aos portugueses, visto que poderia significar a perda da autoridade necessária ao cargo de Governador Geral. Observa-se que esse “diálogo” não figura no arquivo, aliás há um silêncio neste quanto ao homem Tomé de Sousa. É nesse silêncio que Roriz realiza o seu gesto de interpretação literário construindo a personagem histórico-ficcional.

Conforme pode ser observado nesses poucos recortes, o romance histórico contemporâneo surge a partir do trabalho do formulador do discurso, na função-autor, parafraseando o arquivo e lhe sendo fiel ao mesmo tempo em que realiza o seu gesto de interpretação literário no silêncio desse mesmo arquivo. Além disso, não se pode esquecer que a formação discursiva do romance histórico contemporâneo estabelece a humanização das personagens histórico-ficcionais.

Referências Bibliográficas:

COURTINE, Jean-Jacques. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, n. 62, juin, 1981.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-podernismo**: história, teoria, ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

ORLANDI, Eni Pucchinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pucchinelli (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/UNICAMP, 2003.

REGIMENTO DE ALMERIM. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Sousa_0.pdf>. [1548] s.d. Acesso em: 28 out. 2013.

RORIZ, Aydano. **O fundador**: a fascinante história do primeiro Governador do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.